

**RELATÓRIO FINAL DA VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (PORTO DE CÁCERES-PORTO DE NOVA PALMIRA).**

Cuiabá, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil - 9, 10 e 11 de março de 1992.

I. O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná celebrou sua VIII Reunião Ordinária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil, entre os dias 9 e 11 de março de 1992.

II. A composição das Delegações está indicada no Anexo I deste Relatório, bem como a lista dos membros da Secretaria Executiva do Comitê e dos representantes dos diversos organismos internacionais.

III. A abertura da reunião esteve a cargo do Governador do Estado de Mato Grosso, Senhor JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS, que apresentou as boas-vindas às Delegações.

IV. Em seguida, fizeram uso da palavra o Senhor FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES, em nome do Ministro da Infra-Estrutura do Brasil, e o Embaixador ANTONIO FELIX LOPEZ ACOSTA, titular da Delegação do Paraguai, em exercício interino da Presidência do CIH.

V. Em prosseguimento, o Comitê, sob a Presidência do Chefe da Delegação da Argentina, Embaixador FELIX PEÑA, procedeu à eleição das autoridades da reunião, que funcionou sob a Presidência da Chefe da Delegação do Brasil, Ministra VITORIA ALICE CLEAVER. A Vice-Presidência ficou a cargo do Chefe da Delegação do Paraguai, Embaixador ANTONIO FELIX LOPEZ ACOSTA, tendo sido responsável pelo Relatório a Delegação do Uruguai, com a colaboração da Secretaria Executiva, na pessoa do Doutor OSCAR CARBAJAL.

VI. A Agenda definitiva da Reunião foi estabelecida da seguinte forma:

1. Abertura da Reunião:

- Eleição de autoridades; e
- Aprovação da Agenda.

2. Relatório das atividades realizadas pela Secretaria Executiva.

3. Continuação e eventual conclusão do Acordo de Transporte Fluvial e seus Anexos:

- Adequação e uniformização em estilo jurídico do Acordo de Transporte Fluvial e dos Protocolos.

4. Apresentação, por parte do INTAL, do Projeto Articulado sobre Normas de Segurança Relativas à Embarcação; ao Pessoal Embarcado; às Vias Navegáveis; à Navegação Propriamente Dita; aos Portos; ao Meio Ambiente e Contaminação.

5. Documento de Acordo de Serviços de Gestão com o PNUD.
6. Documento de proposta de cooperação com a CDE.
7. Regulamento de admissão de observadores e convidados.
8. Assuntos diversos.

VII. Passando à consideração da Agenda, o Plenário tomou nota do Relatório das atividades realizadas pela Secretaria Executiva no período compreendido entre a VI Reunião Extraordinária e a VIII Reunião Ordinária do CIH, que figura como Anexo II.

VIII. Com referência ao tema 3 da Agenda, o Plenário decidiu constituir os Grupos de Trabalho encarregados de considerar os aspectos ainda pendentes dos Protocolos sobre Solução de Controvérsias e Segurança da Navegação.

Na consideração desse tema, fez uso da palavra o Presidente da Comissão Permanente de Transporte da Bacia do Prata, que manifestou o desejo do empresariado privado no sentido de apresentar um relatório com comentários do setor, a respeito dos Protocolos anexos ao Acordo de Transporte Fluvial.

Em reunião privada dos Chefes de Delegação com os representantes da CPTCF, convencionou-se um prazo de quinze dias a partir da data da apresentação do documento, que o CIH aceitará sem prejuízo de outros que venham a ser apresentados por outras entidades, julgando interessante sua eventual consideração na análise dos protocolos ainda pendentes de conclusão.

Nessa mesma ocasião, o Presidente da CPTCF fez entrega de uma carta com as inquietações do empresariado, que figura como Anexo III.

Além disso, no tocante à adequação e uniformização em estilo jurídico, o Comitê ouviu o Representante da ALADI que manifestou a disposição de seu organismo no sentido de colaborar com este trabalho. Tal contribuição, sobre o texto do Acordo e os Protocolos já concluídos, seria feita no menor prazo possível.

Em seguida, o INTAL entregou à Secretaria Executiva uma síntese do documento "Projeto Articulado sobre Normas de Segurança Relativas à Embarcação; ao Pessoal Embarcado; às Vias Navegáveis; à Navegação Propriamente Dita; aos Portos; ao Meio Ambiente e Contaminação", cuja cópia foi entregue às Delegações.

IX. No tratamento do tema 5 da Agenda constatou-se uma discordância na redação do artigo 3.02 a) do Convênio BID - CIH com o texto do artigo 8 c) do Acordo de Serviços de Gestão entre o PNUD e o CIH.

Consultado o PNUD, via fax, sobre a possibilidade de homogeneizar os textos acima mencionados, recebeu-se resposta afirmativa nesse sentido, cujos textos figuram como Anexo IV.

X. Ao ser considerado o tema 6 da Agenda em reunião privada dos Chefes de Delegação, foi examinado o documento apresentado pelo Grupo de Trabalho ad hoc criado na VII Reunião Ordinária com o fim de elaborar o Documento de Proposta de Projeto de Cooperação com a Comissão das Comunidades Europeias.

XI. Posteriormente, o Comitê considerou o tema 7 da Agenda, fazendo uso da palavra o Representante do INTAL que, ao entregar a versão revisada do documento "Admissão de Observadores e Convidados", referiu-se às diversas modalidades existentes sobre este tema nos organimos internacionais e, em especial, às alternativas propostas pelo CIH para elaboração do Regulamento.

A fim de acordar pautas para a elaboração dos artigos do Regulamento, cada País Membro nomeou um delegado para fazer a análise e avaliação do referido documento.

As Delegações foram unânimes em ressaltar a importância da colaboração do INTAL, não apenas no que se refere a este documento mas também no tocante aos seus trabalhos em geral, destacando-se sua altíssima qualidade e o interesse do CIH em continuar contando com sua valiosa contribuição em outras oportunidades.

XII. O Comitê recebeu da Delegação do Paraguai uma proposta de novo texto para o artigo 13 do Protocolo de Assuntos Aduaneiros e da Delegação do Brasil uma proposta de novo artigo para o Protocolo sobre Condições de Igualdade para uma Maior Competitividade. Esses documentos são incluídos no presente Relatório como Anexos IX e X respectivamente.

XIII. De acordo com o exposto nos parágrafos anteriores, o Comitê, reunido em Sessão Plenária, decidiu:

- 1 - Tomar nota dos Relatórios dos Grupos Técnicos que analisaram os Projetos de Protocolo sobre Solução de Controvérsias, sobre Navegação e Segurança e sobre o Projeto de Regulamento de Observadores e Convidados que figuram como Anexos V, VI e VII.
- 2 - Encarregar o INTAL da elaboração de um PROJETO DE ARTICULADO para o Regulamento de Observadores e Convidados, atendendo às pautas sugeridas pelo Grupo de Trabalho.
- 3 - Marcar a IX Reunião Ordinária do CIH para os dias 10 a 13 de julho de 1992 na República Argentina, em lugar a ser determinado.
- 4 - Convocar uma Reunião dos Grupos Técnicos sobre Navegação e Segurança para os dias 20 a 24 de abril de 1992, na cidade de Buenos Aires e solicitar ao INTAL

assessoramento jurídico com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho a ser realizado.

5 - Convocar para a mesma data Grupo de Trabalho de Assessores Jurídicos com a incumbência, entre outras, de estabelecer um procedimento de entrada em vigor do Acordo de Transporte Fluvial.

6 - Reiterar por nota à CCE o interesse do CIH na cooperação técnica que foi oportunamente oferecida e convidar uma missão para participar de uma reunião na segunda quinzena do mês de abril para consideração dos projetos de interesse mútuo. A nota figura como Anexo VIII.

7 - Recomendar que as Delegações, por ocasião da reunião mencionada no item anterior, compareçam com assessores nas áreas de transportes e cooperação técnica.

8 - Determinar a inclusão dos seguintes temas na agenda da próxima Reunião Extraordinária, a ser convocada pela Secretaria Executiva tão logo receba o resultado das entrevistas com os candidatos pré-selecionados para os cargos da Unidade Coordenadora do Projeto de Cooperação Técnica:

a) Unidade Coordenadora do Projeto de Cooperação Técnica com o BID/PNUD;

b) Elaboração do Programa de Trabalho com o INTAL para o período de 1992;

c) Regulamento do CIM; e

d) Novo cronograma de atividades.

9 - Encarregar a ALADI de proceder à adequação e uniformização em estilo jurídico do Acordo de Transporte Fluvial e seus Protocolos, no menor prazo possível.

10 - Encarregar o INTAL de elaborar, com a maior brevidade possível, os regulamentos sobre os temas relacionados a seguir, para serem incluídos no Protocolo de Navegação e Segurança, os quais deverão ser distribuídos pela Secretaria Executiva tão logo recebidos:

- Regime uniforme de sanções para infrações;
- Cargas de convés;
- Linhas de carga.

XIV. Os Delegados da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai manifestaram seu agradecimento pela cálida acolhida e hospitalidade dispensadas pelos Governos da República Federativa do Brasil e do Estado de Mato Grosso durante a realização da VIII Reunião Ordinária do CIM.

O CIM também expressou seu reconhecimento à Secretaria Executiva e ao Relator, pela tarefas desempenhadas.



XV. O CIH encerrou suas deliberações no dia 11 de março de 1992 com a aprovação do Relatório Final.

-----  
REPÚBLICA ARGENTINA

-----  
REPÚBLICA DA BOLÍVIA

-----  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

-----  
REPÚBLICA DO PARAGUAI

-----  
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

ANEXO II

RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS  
PELA SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva, no período decorrido entre a  
VIa. Reunião Extraordinária, celebrada na sede da Secretaria na  
cidade de Buenos Aires, em 28 de fevereiro próximo passado, e a  
VIIIa. Reunião Ordinária do C.I.H., dedicou-se às seguintes  
tarefas:

Com relação ao Acordo de Serviço de Gestão, com base  
nas observações feitas pelo grupo de trabalho que o analisou  
na VIIa. Reunião Ordinária realizada em Santa Cruz de la Sierra,  
e ainda nas consultas realizadas posteriormente pelo P.N.U.D. com  
os Governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai,  
por intermédio dos funcionários do C.I.H., foi preparado um texto  
de Acordo de Serviço de Gestão e entregue à VIa. Reunião  
Extraordinária o qual, no parecer desta Secretaria, poderia ser a  
redação final do Convênio, cabendo ao C.I.H. sua aprovação e  
assinatura.

No tocante ao tema cinco (5) da Agenda - Documento de  
de cooperação com a C.C.E. - elaborado por grupo de trabalho  
na VIIa. Reunião Ordinária, o mesmo está anexo, para  
consideração.

De acordo com o decidido na Via. Reunião Extraordinária, foi enviada ao representante do B.I.D., na Argentina, uma nota sobre os desembolsos solicitados pelo INTAL, conforme oportunamente acordado entre o C.I.H. e o B.I.D. na seção 3.06 do mencionado Convênio de Cooperação Técnica.

Recebeu também desse organismo a redação de um projeto articulado compreendendo os temas decorrentes da sugestão do grupo técnico No. 1 (Navegação e Segurança), apresentado ao C.I.H. no momento oportuno.

O documento foi enviado a cada delegação, para sua análise, por intermédio de suas respectivas embaixadas em Buenos Aires. Apesar disso, e em virtude do curto espaço de tempo decorrido entre o recebimento desse documento e esta VIIIa. Reunião Ordinária, outro exemplar está sendo entregue juntamente com este Relatório.

Ademais, recebeu-se o Primeiro Relatório de Atividades realizadas pelo INTAL a partir da assinatura do Convênio entre o B.I.D. e os Países, desde o período inicial até o dia 28 de fevereiro do ano em curso, o qual está anexo a este Relatório.

Com respeito ao tema seis (6) da Agenda - Regulamento

de Observadores - para a VIII. Reunião Ordinária do C.I.H.,  
diversas entidades sindicais regionais manifestaram seu  
agradoimento pelo tratamento do tema e seu interesse na  
aprovação do mesmo na Reunião de Cuiabá, tendo esta Secretaria se  
comprometido a transmiti-las ao Comitê.

Finalmente, recebeu-se da Delegação da Argentina uma  
solicitação no sentido de acrescentar à Agenda da VIII.  
Reunião Ordinária o seguinte item: "Tratamento e Conclusão do  
Acordo de Transporte".

*11/12/92*

**LISTA DE PARTICIPANTES DA VIIIª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO C.I.H.**

Cuiabá, 9, 10 e 11 de março de 1992.

**DELEGACÃO DA ARGENTINA**

- Embajador Félix Peña  
Subsec. Adjunto de MERCOSUR y Relac. Económicas Interamericanas  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto  
Jefe de Delegación
  
- Dsp. Enrique O Gyhamburu  
Director de Actividades Navieras  
Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo
  
- Lic. Enrique Aiseinstein  
Director General de Política  
Ministerio de Defensa
  
- Dr. Ricardo Del Barco  
Asesor  
Ministerio de Defensa
  
- Sec. Eduardo Gómez  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto
  
- Dr. Alberto Terrera  
Comisión Nacional de la Cuenca del Plata  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

*1* *11/12/92*

- Sec. Ignacio Livy

Consejería Legal

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

- Dra. Beatriz C. Melendez

Jefe de Depto Cabotaje

Dirección Nacional de Transporte Fluvial y Marítimo

- Ing. Manuel P. Carrodegua

Jefe de Planeamiento

Administración General de Puertos

- Cap. de Navío Roberto Blanco Azcárate

Jefe de Intereses Marítimos

Armada Argentina

- Pref. Mayor Edgardo A. Djeda

Prefectura de Zona Bajo Paraná

- Pref. Mayor Ricardo De Donatis

Jefe del Depto. Técnico de la Navegación

Prefectura Naval Argentina

Lic. Silvia Alcaraz

Asesora

Secretaría General de la Presidencia de la Nación

- Senador Abelardo Pacayu  
Vice-Presidente del Senado de la Prov. de Entre Rios
  
- Cite. Carlos A. Vaihinger  
Asesor
  
- Dr. León H. Gutnisky  
Representante Cámara de Diputados y Asesor del Gobierno de la  
Provincia de Corrientes
  
- Dr. José Galetti  
Presidente del Comité Federal de la Hidrovia

#### DELEGACIÓN DE BOLÍVIA

- Vice-Alm. Waldo Nava Lopez  
Subsecretario de la Armada e Intereses Maritimos
  
- Dr. Eulalio Medina  
Director de Acuerdos de Cooperación del Min. RR.EE.
  
- Dr. Gues Andrade  
Asesor Jurídico de la Subsecretaría de la Armada e I.M.
  
- Ing. Flavio Escobar Angulo  
Director Planeamiento del Minist. de Transportes

**DELEGACÃO DO BRASIL**

- Ministra Vitória Alice Cleaver  
Chefe de Divisão da América Meridional - I do Ministério das  
Relações Exteriores (M.R.E.)
  
- Dr. Francisco de Paula Magalhães Gomes  
Diretor do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários  
(DNTA)
  
- Conselheiro Carlos Alfredo Lazary Teixeira  
Embaixada do Brasil em Buenos Aires
  
- Dr. Augusto Carlos Quintanilla Cunha  
Chefe do Departamento de Registro e Licenciamento do Instituto  
Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
(IBAMA)
  
- Almirante Sérgio Roberto Castro Oliveira Queiroz  
Consultor para Assuntos Internacionais da Diretoria de Portos e  
Costas do Estado-Maior da Armada (EMA)
  
- Dr. Guilherme de Lima Paes  
Coordenador de Navegação Interior do Departamento Nacional de  
Transportes Aquaviários (DNTA)



- Primeira Secretária Maria Aparecida Lopes Nahú  
Divisão da América Meridional - I do Ministério das Relações Exteriores (MRE)
  
- Prof. Hector Miranda dos Santos  
Prefeito de Porto Murtinho
  
- Dr. Ilson Fernandes Sanches  
Subsecretário de Indústria e Comércio do Governo do Estado de Mato Grosso
  
- Dr. Gilson Ambrósio  
Assessor Técnico da Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado de Mato Grosso

#### DELEGACÃO DO PARAGUAI

- Dr. Antonio Felix Lopez Acosta  
Subsecretario Económico Internacionales del MRE  
Jefe de delegación
  
- Ing. Ramon A. Cabrera  
Director del Depto. Cuenca del Plata del MRE
  
- Dr. Carlos Fernandez Gadea  
Consultor Legal MRE

- Dr. Juan Carlos Delsadillo  
Asesor Económico del MRE
  
- Dr. José Cáceres Farías  
Dirección General de Aduana
  
- Dr. Carlos Gonzalez Acosta  
Coordinador Oficina de la Hidrovia ANNF
  
- Dr. Salvador Reinaldo Valdez  
Asesor Económico Secretaria Hidrovia ANNF
  
- Cap. de Navio (Sr.) Anibal B. Zorza  
Asesor Económico Secretaria Hidrovia ANNF

#### DELEGACIÓN DO URUGUAI

- Contralmirante Gualberto Ruiz Estellano  
Presidente da Delegación Uruguaya Ante el CIH
  
- Capitan de Navio (R) Ulises Walter Perez  
Director General de Transporte Fluvial Y Maritimo del MTOP
  
- Capitán de Navio Carlos Giani Ferreri  
Asesor - Secretario de Delegación

- Ing. Roberto Suarez Nicolini

Director de División de la Asesoría Técnica Y Planificación del  
MTOP

- Capitán de Corbeta Eduardo Craigdallie

Armada Nacional

- Doctor Oscar Carbajal

Ministerio de Relaciones Exteriores

#### SECRETARIA EXECUTIVA

- Sr. Jesús Gonzalez

Secretario Ejecutivo

- Lic. José María de Libés

Coordinador

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

**B. I. B.**

Dr. Sixto Aquino

**INTAL**

Dr. Eugênio Valenciano

**C. C. E.**

Dr. José Félix Merladet

**ALADI**

Dr. Jorge Cañete

## ANEXO IV

### ACORDO DE SERVIÇOS DE GESTÃO

De acordo com seu fac-símile, com data de 9 de março de 1992, relativo ao documento RLA/91/R41 "Acordo de Serviços de Gestão", anexo ao presente, transmitimos o item "3 c)" do Acordo devidamente modificado, para compatibilizá-lo com o item "3.02 a)" do Convênio BID/CIH.

3 c) - A não ser que o Comitê e o PNUD/OSP acordem o contrário por escrito, o Comitê será responsável, com recursos distintos dos especificados no Anexo III, de acordo com o estabelecido no item "3.02 a)" do Convênio, por um valor total de US\$ 1.350.000,00 pela contratação, o emprego e serviços administrativos de apoio, como serviço local de secretaria e outros serviços de pessoal, locais de oficina, abastecimento e equipamento de produção nacional, que sejam necessários para a execução do projeto e a prestação destes serviços.

20/10/92

**ANEXO V**  
**RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Na cidade de Cuiabá, no dia 09 de março de 1992, por mandato do C.I.H., reuniu-se o Grupo de Trabalho para avançar na conclusão do projeto de Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial sobre "Solução de Controvérsias".

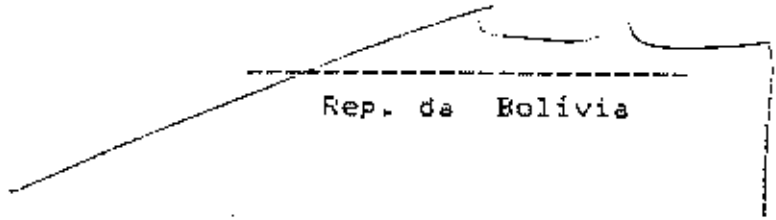
A lista de delegados dos países foi incluída como Anexo I ao presente relatório.

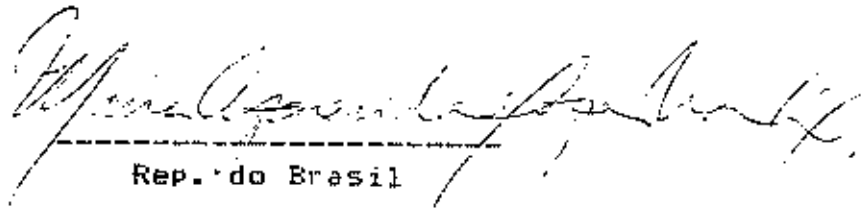
Atuou como moderador o Doutor Ignacio G. Livy da Delegação argentina e a relatoria esteve a cargo do Doutor Oscar Carbajal da Delegação uruguaia.

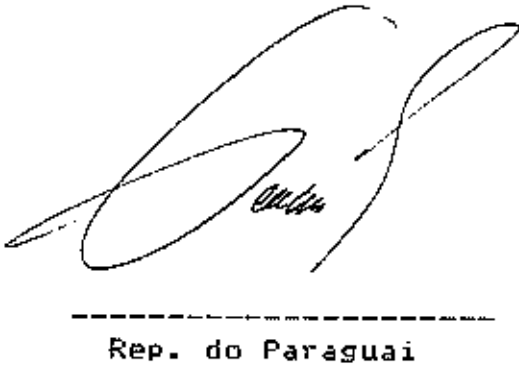
Como base de trabalho, adotou-se o projeto apresentado pelo Grupo Técnico reunido em Buenos Aires, entre os dias 17 e 21 de fevereiro de 1992.

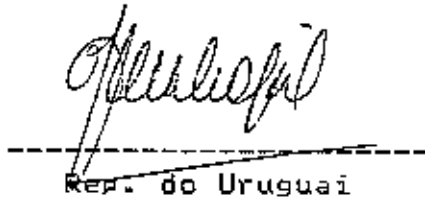
Após a discussão e análise do referido projeto, elaboraram-se as seguintes modificações a serem introduzidas, que o Grupo de Trabalho submete à consideração do C.I.H., as quais foram incluídas como Anexo II.

  
Rep. Argentina

  
Rep. da Bolivia

  
Rep. do Brasil

  
Rep. do Paraguai

  
Rep. do Uruguai

ANEXO I

LISTA DE INTEGRANTES DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE SOLUÇÃO DE  
CONTROVÉRSIAS.

ARGENTINA

Secretario Eduardo Gómez

Dirección Nacional de Integración Económica

Secretário Ignacio G. Livy

Consejería Legal

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

BOLÍVIA

Dr. Eulalio Medina Eguez

Director de Acuerdos de Cooperación del Ministerio de Relaciones  
Exteriores y Culto

BRASIL

Secretária Maria Aparecida Lopes Nahú

Divisão da América Meridional-I do Ministério das Relações  
Exteriores



PARAGUAI

Dr. Carlos Fernandez Gader

Asesor Legal del Ministerio de Relaciones Exteriores

URUGUAI

Dr. Oscar Carbajal

Ministerio de Relaciones Exteriores

ANEXO II

" NOVO ARTIGO 8o. "

Se um dos países partes na controvérsia não designar seu respectivo árbitro no prazo estabelecido no artigo 6o., o Secretário Executivo do C.I.H. procederá à sua designação, por sorteio, da lista de dez árbitros nacionais apresentada por cada país.

Se não houver acordo na designação do presidente do Tribunal Arbitral, a nomeação estará a cargo do Secretário Executivo do C.I.H., que o designará, por sorteio, da lista de vinte árbitros designados pelo C.I.H..

" NOVO ARTIGO 17o. "

Os particulares afetados por medidas dos países partes em violação ao Acordo de Transporte Fluvial poderão reclamar ante ao C.I.H., esgotadas as instâncias de negociação pelos organismos nacionais competentes e da Comissão do Acordo. Se o C.I.H. considerar aceitável a reclamação, procederá à convocação de um grupo de especialistas. Este elevará sua decisão ao C.I.H.. Se nessa decisão verificar-se a procedência da reclamação formulada contra um país parte, qualquer outro país parte poderá dele requerer a adoção de medidas corretivas ou a anulação das medidas questionadas. Se seu requerimento não prosperar dentro de um prazo de quinze dias, o país parte que o efetuou poderá recorrer diretamente ao procedimento arbitral.

Cuiabá, 7 de outubro de 1992

Senhor Embaixador,

O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) tem a honra de referir-se à carta dirigida a Vossa Excelência no dia 7 de outubro de 1991 com o objetivo de reiterar o vivo interesse de nossos países em que se possa explorar com brevidade as áreas e modalidades de cooperação técnica da Comunidade Econômica Européia relativas ao programa da Hidrovia Paraguai-Paraná.

2. Nessa linha, seria efetivamente útil contar com a presença de uma representação de especialistas enviados pela Comunidade a fim de permitir avançar na definição dos projetos de mútuo interesse.

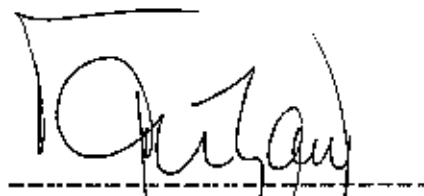
3. Tendo em vista o que precede, encarecemos os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que a solicitação em apreço possa concretizar-se na segunda quinzena de abril ou quando a CEE o indicar.

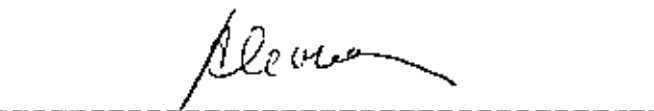
A Sua Excelência o Senhor  
Embaixador Franco Teucci,  
Representante da Comissão das Comunidades Europeias na  
República Oriental do Uruguai e Ligação junto ao Comitê  
Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de  
Cáceres - Porto de Nova Palmira)

KS  
7/7/92

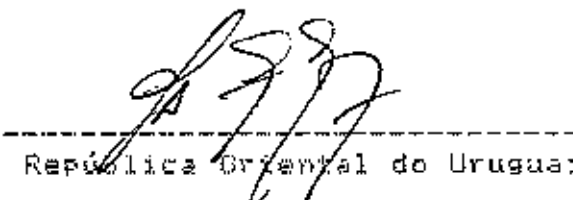
4. Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa  
Excelência a nossa mais distinta consideração.

  
-----  
República Argentina

  
-----  
República da Bolívia

  
-----  
República Federativa do Brasil

  
-----  
República do Paraguai

  
-----  
República Oriental do Uruguai

## ANEXO VI

### RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO

(PROJETO DE PROTOCOLO SOBRE NAVEGAÇÃO E SEGURANÇA)

Na cidade de Cuiabá, nos dias 9 e 10 de março de 1992, realizou-se a VIII Reunião Ordinária do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná em cujo âmbito atuou o Grupo de Trabalho incumbido de analisar o Título VI do Projeto de Protocolo sobre Navegação e Segurança relativo às normas para prevenção, redução e controle da contaminação das águas ocasionada pelas embarcações e operações da Hidrovia, cujo texto foi elaborado na Reunião de Grupos Técnicos realizada em Buenos Aires de 17 a 21 de fevereiro de 1992.

Após a análise comparada dos artigos correspondentes ao Título antes mencionado, decidiu-se fazer no mesmo as modificações e os esclarecimentos estabelecidos no Anexo A deste Relatório.

Atuaram como Presidente do Grupo de Trabalho o Contra-Almirante Sérgio Roberto Castro Oliveira Queiroz, da Delegação do Brasil e, como Relator, o Dr. Alberto Terrera, da Delegação da Argentina.

A lista dos integrantes do Grupo de Trabalho figura como Anexo B deste Relatório.

O Grupo recebeu a seguinte documentação elaborada pelo INTAL: Projeto sobre Segurança da Navegação (Análise e Propostas) e "Síntese de Análises e Propostas". A esse respeito, decidiu-se que cada Delegação procedesse à análise geral e específica dos títulos que lhes foram oportunamente atribuídos, para posterior consideração, a fim de melhorar seu estilo e forma e com vistas a sua simplificação.

Acordou-se recomendar ao C.I.H. o seguintes:

1 - Reiterar o já sugerido no Relatório do Grupo Técnico que se reuniu em Buenos Aires de 17 a 21 de fevereiro de 1992, no sentido de solicitar ao INTAL a elaboração, com a brevidade possível, dos regulamentos sobre os seguintes temas:

- Regime uniforme de sanções para infrações
- Carga de convés
- Linhas de carga

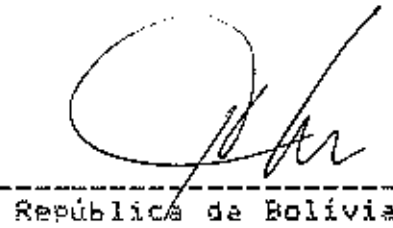
2 - Que toda documentação referente ao Protocolo sobre Navegação e Segurança recebida posteriormente à data deste relatório seja enviada às Delegações com urgência, a fim de possibilitar seu estudo e consideração.

3 - Que, com relação ao antes exposto no tocante ao recebimento dos documentos do INTAL e à análise que será feita por cada Delegação dos títulos de que foi incumbida, seja convocada uma reunião do Grupo Técnico que, em princípio, deverá durar no mínimo uma semana. Para tal reunião será conveniente o assessoramento jurídico do INTAL com vistas ao aperfeiçoamento

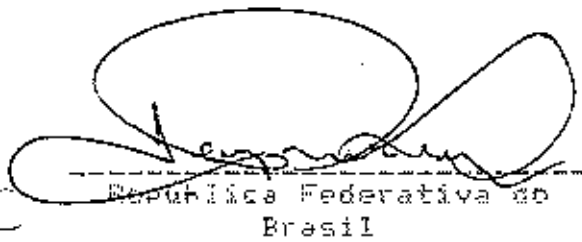
do trabalho a ser realizado, que se enquadra na forma de assistência do Projeto sobre Segurança da Navegação já apresentado pelo referido Instituto.



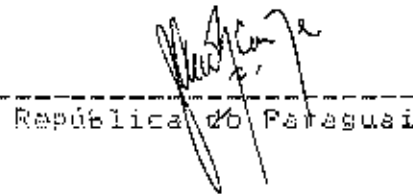
República Argentina



República de Bolivia



República Federativa do  
Brasil



República do Paraguai



República Oriental do Uruguai

## ANEXO A

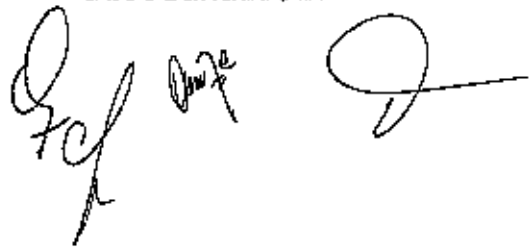
Art. 154: Com relação a este artigo, as Delegações acordaram na necessidade de incluir a seguinte definição de "substâncias perigosas": o conceito de "periculosidade" baseia-se na probabilidade e potencialidade de uma substância particular de causar danos ou prejuízos. Os perigos que podem apresentar essas substâncias podem ser, entre outros, sua capacidade de combustão, seu alto poder inflamável, sua capacidade de explosão, sua corrosividade, reatividade, toxicidade, bioacumulação e os relativos aos limites de tolerância do ser humano a sua exposição.

Com relação à alínea "n" foi acordado o seguinte texto:

"n) Zonas de proteção especial: as zonas de influência fluvial que cada Parte estabeleça e que reúnam no mínimo uma das características seguintes:

- Áreas de alto valor comercial, industrial ou turístico.
- Áreas ecologicamente muito sensíveis.
- Áreas de alto risco de incidentes de contaminação.

além disso, com referência à alínea "o", as Delegações acordaram a seguinte redação: "Resíduos perigosos são todos os resíduos que possam produzir ou contribuir para a produção de lesões ou doenças graves, inclusive com risco de morte, ou que constituam ameaça substancial à saúde humana ou para o meio ambiente. Faz parte deste grupo qualquer material que apresente alguma das características seguintes: poder inflamável, corrosividade, capacidade de explosão, reatividade, toxicidade, biodegradação e bioacumulação."





**Art. 157: Transporte, embalagem e segregação de mercadorias perigosas em volumes:**

O transporte, embalagem e segregação de mercadorias perigosas em volumes é regido pelas disposições do Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas (Código IMDG).

Art. 159: Com relação a este artigo, as Delegações acordaram incluir o seguinte texto, em continuação à alínea b):

"c) a lista de substâncias nocivas líquidas transportadas a granel, conforme determina o Anexo 2, parágrafo 2 do Convênio Marepol 73/78, da OMI".

**Art. 160: Autorizações:**

- a) Quando, em virtude do previsto no artigo 159, as embarcações quimiquieras transportarem produtos químicos líquidos perigosos a granel especificados no Capítulo VI do Código de Graneleiros para Produtos Químicos (CGRQ) ou no Capítulo 17 do Código Internacional para a Construção e o Equipamento de Navios que Transportem Produtos Químicos Perigosos a Granel (CIQ), a autoridade competente concederá autorização para esse transporte, na qual indicará os requisitos que devam ser cumpridos em cada caso particular.
- b) Os navios que não pertençam à matrícula mercante dos Estados Partes, aos quais sejam aplicáveis as condições da alínea "a" deste artigo, levarão a bordo uma autorização de transporte outorgada pela autoridade competente da bandeira do navio, a qual garantirá as condições de segurança aplicáveis ao referido transporte.
- c) Quando se transportarem produtos químicos líquidos perigosos a granel não regulados pelos Códigos CGRQ e CIQ, em embarcações quimiquieras das quais não for exigível um certificado de habilitação, estas embarcações deverão ter uma autorização de transporte expedida pela autoridade competente do porto de

carregamento. Deste documento deverá necessariamente constar uma declaração indicando que a embarcação de que se trata cumpre as condições de segurança necessárias para transporte do ou dos produtos em questão.

d) Quando os produtos em pauta forem transportados em navios quiniqueiros que tenham certificado de habilitação, este será suficiente para justificar o transporte de produtos compatíveis com os por ele autorizados.

No tocante aos artigos 159 e 161, o Delegado do Brasil informou que em seu País não se aplicam os Códigos CIG (IBC) e CIG (IGC), respectivamente para o transporte de produtos químicos perigosos a granel e gases liquefeitos a granel. Levando em consideração que os instrumentos da OMI não são necessariamente aplicáveis à navegação fluvial, adotam-se na referida navegação apenas os códigos CGrQ (BCH) -- com a possibilidade de excetuar alguns requisitos para embarcações inscritas antes de 1ª de Janeiro de 1987 --, "Gas Carrier Code" (CG) e "Existing Ships Code", conforme o caso, com o objetivo de conseguir maior flexibilidade sem presumível prejuízo da segurança. Propôs também que, no Protocolo, seja adotado este procedimento. Diante da impossibilidade de concordar com a posição, das demais Delegações, neste período de sessões, o Delegado do Brasil assinalou que, por seu lado, o Brasil estudará a conveniência e viabilidade de adotar o procedimento previsto no projeto de Protocolo (adoção do CIG e CIG) e que o resultado desse estudo será levado à próxima reunião do Grupo Técnico, prevista, em princípio, para o mês de abril em Buenos Aires. O Delegado do Brasil também informou, no que tange ao artigo 158, que o uso do "Código de Práticas de Segurança Relativo às Cargas Sólidas a Granel" (CCrG), atualmente não aplicado na navegação interior brasileira, será igualmente objeto de estudo no mesmo período. Os mencionados estudos levarão em conta que, de acordo com o artigo 185, a entrada em vigor das normas do Protocolo tem como prazo máximo o dia 31 de dezembro de 1994.

7  
Amf  
Q

**Art. 162: Autorizações**

- a) Quando se transportarem gases liquefeitos a granel em navios gaseiros diferentes dos especificados no artigo 161, estes navios deverão ter uma autorização de transporte certificando que estão aptos a transportar esses produtos.
- b) A autoridade competente estabelecerá os requisitos que sejam aplicáveis a cada caso particular e concederá aos navios de sua matrícula as autorizações correspondentes.

**Art. 166: Instalações de Recebimento**

A evacuação das substâncias indicadas no artigo 165 deverá realizar-se nas instalações portuárias ou nos serviços de recebimento que se habilitarem para tais fins.

As autoridades competentes dos Estados Partes adotarão as medidas a fim de que as citadas instalações de recebimento estejam disponíveis e em funcionamento logo que possível.

**Art. 177: Ameaça a zonas de especial sensibilidade**

- a) Qualquer Parte poderá, com fundamento ecológico, fazer as exigências adicionais que julgar necessárias para a preservação das zonas de proteção especial situadas em sua jurisdição.
- b) Quando um incidente de contaminação ameaçar ou afetar diretamente as zonas de especial sensibilidade previstas em seus planos de contingência, uma Parte não atuante poderá:
- 1 - Adotar as medidas de precaução que considerar convenientes; e
  - 2 - Oferecer sua colaboração, sujeita ao controle da Parte atuante.

*[Handwritten signature and initials]*

*[Handwritten mark]*

Art. 181: Os Países Signatários, quando ocorrerem incidentes de contaminação, investigarão em suas respectivas jurisdições, a fim de identificar os responsáveis, prestando-se para tal fim mútua cooperação.

Art. 182: Ações Judiciais

As Partes poderão reclamar em nível administrativo e acionar judicialmente o responsável por um incidente de contaminação, a fim de obter o reembolso das despesas em que houverem incorrido as autoridade responsáveis pela execução das operações de combate aos incidentes de contaminação bem como eventual ressarcimento, quer tenha sido realizada uma ação conjunta ou as Partes tenham atuado separadamente.

Quando uma Parte solicitar a colaboração de outra e esta não conseguir o pagamento por parte do responsável, em nível administrativo ou judicial, a fim de obter o reembolso das despesas em que tiver incorrido, estas despesas serão reembolsadas pela Parte requerente, a qual poderá agir em nível administrativo ou judicial contra o responsável pelo incidente de contaminação.

Art. 183: Regime de Sanções

As Partes adotarão um regime de sanções uniforme para os casos de infração a estas normas.

*Handwritten signatures and initials:*  
A large signature on the left side of the page.  
A smaller signature or set of initials to its right.  
A large, stylized signature or initial in the center of the page.

ANEXO B

ARGENTINA

Lic. Silvia Alcaraz  
Dr. Alberto Terrera  
Cap. Enrique Oyhamburu  
Dr. Ricardo Del Barco  
Enrique Aisenstein  
Cap. De Navio Roberto Blanco Azacárate  
Prefecto Mayor Edgardo Alberto Ojeda  
Prefecto Mayor Ricardo De Donatis

BOLIVIA

Dr. Guey Andrade Morales  
Ing. Flavio Escobar Angulo

BRASIL

Ca. Sérgio Roberto Castro Oliveira Queiroz  
Dr. Augusto Carlos Quintanilha Hollanda Cunha  
Dr. Guilherme de Lima Paes

PARAGUAI

Capitán de Navío Aníbal B. Zarza  
Dr. Juan Carlos Delgadillo  
Dr. José Cáceres Farías

URUGUAI

Capitán de Navío Carlos Giani Ferreira  
Capitán de Corbeta Eduardo Craigdallie

*[Handwritten signatures and initials]*

ANEXO VIII

Cuiabá, 7 de outubro de 1992

Senhor Embaixador,

O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) tem a honra de referir-se à carta dirigida a Vossa Excelência no dia 7 de outubro de 1991 com o objetivo de reiterar o vivo interesse de nossos países em que se possa explorar com brevidade as áreas e modalidades de cooperação técnica da Comunidade Econômica Européia relativas ao programa de Hidrovia Paraguai-Paraná.

2. Nessa linha, seria efetivamente útil contar com a presença de uma representação de especialistas enviados pela Comunidade a fim de permitir avançar na definição dos projetos de mútuo interesse.

3. Tendo em vista o que precede, encarecemos os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que a solicitação em apreço possa concretizar-se na segunda quinzena de abril ou quando a CEE o indicar.

A Sua Excelência o Senhor  
Embaixador Franco Teucci,  
Representante da Comissão das Comunidades Europeias na  
República Oriental do Uruguai e Ligação junto ao Comitê  
Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de  
Cáceres - Porto de Nova Palmira)

4. Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa  
Excelência a nossa mais distinta consideração.

-----  
República Argentina

-----  
República da Bolívia

-----  
República Federativa do Brasil

-----  
República do Paraguai

-----  
República Oriental do Uruguai

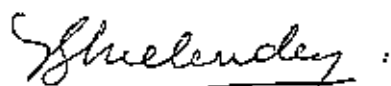
ANEXO VII

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE  
A ADMISSÃO DE OBSERVADORES


Na cidade de Cuiabá - Estado do Mato Grosso - República Federativa do Brasil, no dia 10 de março de 1992, reuniu-se o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar as pautas para a admissão de observadores e convidados, tendo em vista o documento apresentado pelo INTAL (versão revista - fevereiro de 1992).

A lista de participantes foi incluída como Anexo I.

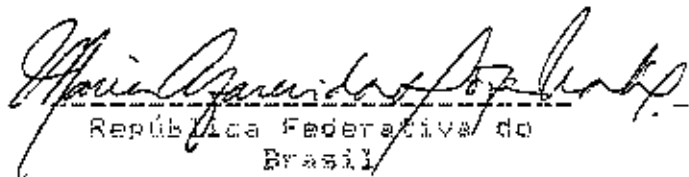
Após a discussão do tema e ouvida a explanação solicitada ao representante do INTAL, Doutor Eugenio Valenciano, elaboraram-se as pautas - Anexo II - que, uma vez aprovadas pelo C.I.H., servirão para a formulação das disposições regulamentares correspondentes.



República Argentina



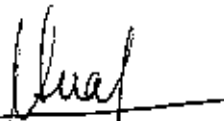
República da Bolívia



República Federativa do  
Brasil



República do Paraguai



República Oriental do Uruguai



ANEXO I

ARGENTINA

Dr. Ignacio Llave  
Dra. Beatriz Beléndez  
Ing. Manuel Carrodegua

BOLÍVIA

Dr. Guey Andrade Morales

BRASIL

Sec. Maria Aparecida Lopes Nahu

PARAGUAI

Dr. Carlos González Acosta  
Dr. Salvador Valdez

URUGUAI

Ing. Roberto Suárez Nicolini

*By*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## ANEXO II

### OBSERVADORES PERMANENTES

- 1) Poderão participar das reuniões plenárias do C.I.H. Outrossim, participar dos grupos de trabalho quando for de interesse para o Comitê, de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento.
- 2) O C.I.H. estabelecerá a lista dos observadores permanentes e, mediante a troca de notas com os organismos convocados, formalizar-se-á sua participação.
- 3) Terão caráter consultivo com direito a voz e sem voto.
- 4) Poderão apresentar à Secretaria, com antecedência a cada reunião, documentos para distribuição entre os participantes.
- 5) O C.I.H. poderá sessionar em reuniões não plenárias sem a participação dos observadores permanentes.

### OBSERVADORES NÃO PERMANENTES

- 1) Poderão participar das reuniões plenárias do C.I.H. mediante convite emitido em cada oportunidade e nos grupos de trabalho, quando sua participação for de interesse para o Comitê.
- 2) O C.I.H. estabelecerá, para cada reunião, a lista dos observadores não permanentes a serem convidados.

Secretaria Executiva poderá propor aos países, outros observadores não permanentes, com antecedência a cada reunião, a pedido de qualquer um dos países ou por sua própria iniciativa.

- 3) Assistirão com direito a voz mas sem voto.
- 4) Poderão apresentar à Secretaria, com antecedência a cada reunião, documentos para distribuição, entre os participantes.
- 5) O C.I.H. poderá sessionar em reuniões não plenárias sem a participação dos observadores não permanentes.

#### CONVIDADOS

- 1) Poderão participar das reuniões plenárias do C.I.H..
- 2) O C.I.H. concederá o caráter de convidado por motivos protocolares ou por um interesse especial.
- 3) Assistirão sem direito a voz nem voto, embora possam apresentar à Secretaria documentos com suas opiniões e o C.I.H. decidirá, em cada caso, o tratamento dos mesmos.
- 4) O C.I.H. poderá sessionar em reuniões não plenárias sem a participação dos convidados.

*de.*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

ANEXO IX

PROTOCOLO ADUANEIRO  
PROPOSTA PARAGUAIA AO ARTIGO 13º

GARANTIAS

Artigo 13º. Para cobrir as obrigações fiscais em suspenso durante o cumprimento da operação de trânsito, a totalidade das unidades de transporte das empresas intervenientes se constitui de pleno direito, como garantia, e cujo efeito estas empresas deverão registrar-se junto às autoridades aduaneiras dos Países Signatários. "Em caso de impedimento para sua aplicação, o armador poderá optar por outros tipos de garantia, tais como "Protection and Indemnity (P&I)", seguros de caução, garantia bancária, etc."

ANEXO X

PROPOSTA DA DELEGACÃO DO BRASIL ÀS PAUTAS DO PROJETO DE PROTOCOLO  
ADICIONAL SOBRE "CONDIÇÕES DE IGUALDADE PARA UMA MAIOR  
COMPETITIVIDADE"


Acrescentar o seguinte artigo ao Projeto de Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte sobre "Condições de Igualdade de Oportunidades para uma Maior Competitividade".

Artigo ... - Os países adotarão critérios homogêneos no tratamento da eventual concessão de incentivos fiscais, subsídios ou outros favores oficiais aos armadores da hidrovia. Estas medidas deverão estar vigentes antes de 31 de dezembro de 1994.

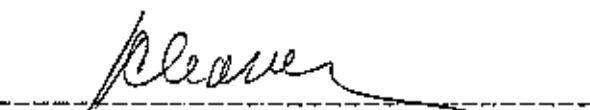
ADENDO AO RELATORIO FINAL DA VIII  
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

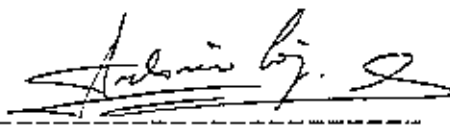
Em reunião de Chefes de Delegação acordou-se o seguinte:

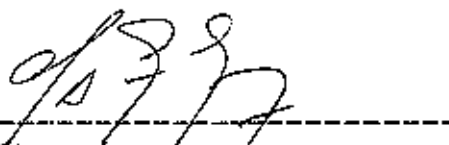
1. Com relação ao item 4 do parágrafo XIII da Ata Final, estender até o dia 30 de abril o período de reuniões, a fim de concluir o Protocolo sobre Navegação e Segurança.
2. Convocar entre os dias 27 e 30 de abril o Grupo Técnico sobre Seguros a fim de compatibilizar o respectivo Protocolo com o de Navegação e Segurança.
3. Com referência ao item 5 do parágrafo XIII da Ata Final, convocar o mencionado Grupo para o período compreendido entre 27 e 30 de abril, com o propósito de, além do objetivo já estabelecido, considerar a redação em estilo jurídico dos dois protocolos.
4. Convocar uma Reunião Extraordinária do CIH para semana em que se inicia em 3 de maio de 1992. n

  
República Argentina

  
República da Bolívia

  
República Federativa do Brasil

  
República do Paraguai

  
Oriental do Uruguai

Cuiabá, 11 de março de 1992

Senhor Embaixador,

O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) tem a honra de referir-se à carta dirigida a Vossa Excelência no dia 7 de outubro de 1991 com o objetivo de reiterar o vivo interesse de nossos países em que se possa explorar com brevidade as áreas e modalidades de cooperação técnica da Comunidade Econômica Européia relativas ao programa da Hidrovia Paraguai-Paraná.

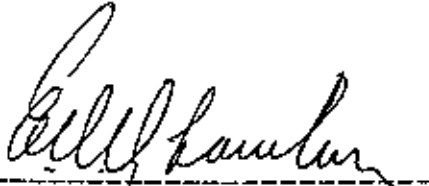
2. Nessa linha, seria efetivamente útil contar com a presença de uma representação de especialistas enviados pela Comunidade a fim de permitir avançar na definição dos projetos de mútuo interesse.


3. Tendo em vista o que precede, encarecemos os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de que a solicitação em apreço possa concretizar-se na segunda quinzena de abril ou quando a CEE o indicar.

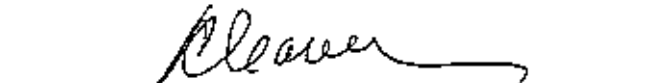
A Sua Excelência o Senhor  
Embaixador Franco Teucci,

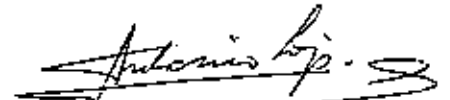
Representante da Comissão das Comunidades Européias na  
República Oriental do Uruguai e Ligação junto ao Comitê  
Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de  
Cáceres - Porto de Nova Palmira)

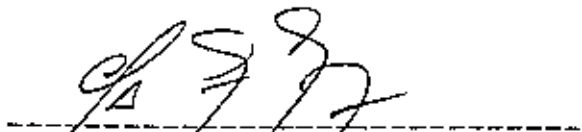
4. Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa  
Excelência a nossa mais distinta consideração.

  
-----  
República Argentina

  
-----  
República da Bolívia

  
-----  
República Federativa do Brasil

  
-----  
República do Paraguai

  
-----  
República Oriental do Uruguai



ATA DA IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ  
INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ  
(Porto Cáceres - Porto de Nova Palmira)

Foz do Iguacu, 07 de outubro de 1991

- I. O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai - Paraná (Porto Cáceres - Porto de Nova Palmira) celebrou sua IVa. Reunião Extraordinária na cidade de Foz do Iguacu, República Federativa do Brasil, no dia 07 de outubro de 1991.
- II. A íntegra das respectivas delegações e da Secretaria Executiva encontra-se indicada no Anexo I da presente Ata.
- III. A abertura da Reunião esteve a cargo do chefe da Delegação Argentina, senhor Embaixador Felix Peña, Diretor Nacional de Integração Econômica do Ministério das Relações Exteriores e Culto.
- IV. Em seguida o comitê procedeu à eleição de autoridades e aprovação da agenda:
- V. Foi eleita para a presidência a Senhora Conselheira Vitoria Alice Cleaver, Chefe da Divisão da América Meridional I, do Ministério das Relações Exteriores e para a Vice-Presidência o Senhor Embaixador Efrain Dario Centurion, Subsecretario de Estado de Relações Econômicas Internacionais, Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. A Relatoria do Plenário do Comitê

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



ficou a cargo da Delegação do Uruguai, que designou o Secretário Dr. Alvaro Pacheco Carve, do Ministério das Relações Exteriores.

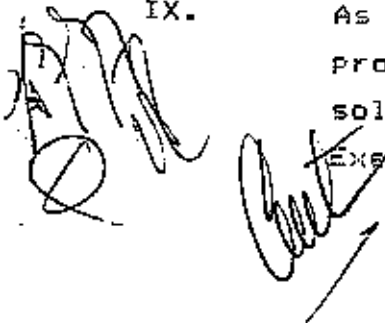
VI. A agenda definitiva foi aprovada da seguinte maneira:

1. Relatório da Secretaria Executiva;
2. Recebimento, para sua aprovação, do texto definitivo do Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável, elaborado pela FONPLATA.
3. Recebimento do rascunho do esquema do programa de temas que será solicitado à CCE.
4. Análise dos avanços conseguidos pelo Grupo Técnico, reunido em Buenos Aires.
5. Constituição da Unidade Coordenadora.
6. Assuntos diversos.

VII. A Secretaria Executiva informou ao C.I.H. sobre as atividades cumpridas durante o período compreendido entre a IIIa. Reunião Extraordinária do C.I.H. e a IVa. Reunião Extraordinária, figurando como Anexo 2 da presente. O Comitê agradeceu a apresentação do relatório, do qual tomou a devida nota.

VIII. Ao considerar o ponto 2 da Agenda, o Comitê recebeu o texto com as correções efetuadas pela FONPLATA no Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável, de acordo com as observações registradas na III Reunião Extraordinária (Buenos Aires, 27 de setembro de 1991).

IX. As delegações receberam a seguir um texto de programa com temas de cooperação a serem solicitados à CCE, apresentado pela Secretaria Executiva de acordo com o decidido pela



supracitada Reunião Extraordinária (Ponto 3 da Agenda).

X. Na consideração do ponto 4 (Anteprojeto de Acordo de Transporte Fluvial, elaborado pela ALADI), as Delegações comentaram e aclararam os aspectos metodológicos e substantivos referentes ao documento preparado pelo Grupo Técnico, adjunto a Ata de sua Reunião de 30 de setembro a 02 de outubro corrente, tendo existido consenso em expressar o reconhecimento do Comitê pela tarefa realizada.

Foram constatados os avanços conseguidos. A partir disso decidiu-se estabelecer um cronograma de atividades para os Grupos Técnicos, a fim de permitir um estudo acelerado do conjunto de artigos do anteprojeto e o desenvolvimento efetivo dos temas considerados prioritários, sempre de acordo com as diretrizes gerais e metodológicas aprovadas pelo Comitê em sua última Reunião Extraordinária.

XI. Outrossim, as Delegações concordaram que seria útil contar com um glossário dos termos técnicos constantes do Acordo, com o objetivo de permitir sua correta interpretação.

XII. Após adotar as resoluções que se incluem no ponto XIV da presente Ata, o Comitê considerou o ponto 5 da Agenda, tendo encomendado à Secretaria Executiva solicitar informação ao PNUD sobre o resultado da pré-seleção de técnicos, prevista no Documento de Projeto Regional, assinado em Nova York, em 23 de setembro passado.

XIII. No ponto assuntos diversos, deliberou-se sobre o novo cronograma das reuniões do Comitê e seus Grupos Técnicos.

XIV. O Comitê resolveu:

1. Aprovar o Convênio de Cooperação Técnica Não Reembolsável entre o Comitê e o FONPLATA, de acordo com o texto consolidado nesta oportunidade, e sem prejuízo do disposto no item 5 abaixo;

2. Assinar solicitação de Cooperação Técnica à CCE, dirigida ao seu representante no Uruguai, Embaixador Franco Teucci, que figura como anexo III;

3. Em conformidade com o Artigo 4o, inciso 1º do Regulamento do CIH, convocar os seguintes Grupos Técnicos, que desenvolverão suas atividades de 06 a 08 de novembro próximo, na cidade de Buenos Aires, na sede da Secretaria Executiva:

a) Grupo Técnico sobre Navegação e Segurança, que incluirá os temas de navegação, segurança, sinistros, avarias, assistência e salvamento, comunicações, pilotagem e práticas;

b) Grupo Técnico sobre Assuntos Aduaneiros (decidiu-se, com relação a este tema, que cada Delegação deverá enviar à Secretaria Executiva, até o dia 20 de outubro, as observações adicionais ao texto do Anexo sobre Assuntos Aduaneiros, revisado em Assunção, em 20 de agosto passado; essas observações serão imediatamente transmitidas as demais Delegações).

c) Grupo Técnico sobre Seguros;

d) Grupo Técnico sobre Meio Ambiente, Cargas Perigosas, Prevenção, Redução e Controle da Contaminação das Águas, e Definição de Responsabilidades;



e) Grupo Técnico sobre a diretriz geral número 5, emanada da III Reunião Extraordinária do CIH;

4. Aceitar com agrado o oferecimento das Delegações da Argentina, Bolívia e Uruguai de apresentar subsídios substantivos sobre os temas a cargo dos Grupos Técnicos;

5. Convocar a V Reunião Extraordinária do CIH para os dias 21 e 22 de novembro, na cidade de Buenos Aires, sede da Secretaria Executiva, com o propósito de considerar os seguintes assuntos:

a) Resultados das Reuniões dos Grupos Técnicos;

b) Temas Institucionais, referentes ao Acordo de Transporte Fluvial (diretrizes gerais 7,8 e 9 da III Reunião Extraordinária);

c) Projeto de Glossário, acima referido;

d) Procedimento a seguir para a pré-seleção dos técnicos a serem contratados no âmbito do Convênio com o FDNPLATA;

e) Constituição da Unidade Coordenadora;

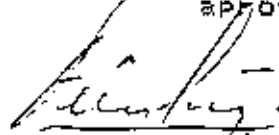
6. Marcar a VII Reunião Ordinária do CIH para os dias 09 a 11 de dezembro, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

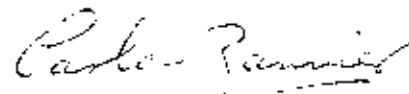
XV.

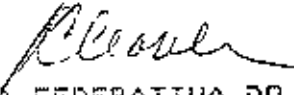
As Delegações registraram seus agradecimentos à Presidência, à Vice-Presidência, à Relatoria e à Secretaria Executiva pela excelente tarefa desempenhada, assim como a hospitalidade do País anfitrião.

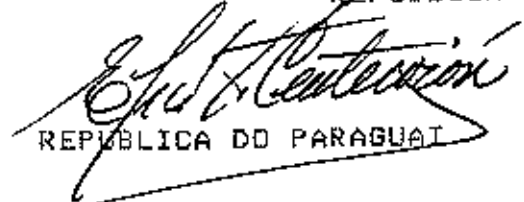



XVI. O Comitê encerrou suas deliberações com a aprovação e assinatura da Ata final.

  
REPUBLICA ARGENTINA

  
REPUBLICA DA BOLÍVIA

  
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

  
REPUBLICA DO PARAGUAI

  
REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

## ANEXO IV

### ACORDO DE SERVIÇOS DE GESTÃO

De acordo com seu fac-símile, com data de 9 de março de 1992, relativo ao documento RLA/91/R41 "Acordo de Serviços de Gestão", anexo ao presente, transmitimos o item "8 c)" do Acordo devidamente modificado, para compatibilizá-lo com o item "3.02 a)" do Convênio BID/CIH.

8 c) - A não ser que o Comitê e o PNUD/OSP acordem o contrário por escrito, o Comitê será responsável, com recursos distintos dos especificados no Anexo III, de acordo com o estabelecido no item "3.02 a)" do Convênio, por um valor total de US\$ 1.350.000,00 pela contratação, o emprego e serviços administrativos de apoio, como serviço local de secretaria e outros serviços de pessoal, locais de oficina, abastecimento e equipamento de produção nacional, que sejam necessários para a execução do projeto e a prestação destes serviços.

PROPUESTA DE PROYECTO DE COOPERACION CON  
LA COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS

SECCION I. - IDENTIFICACION

- A.- Nombre del Proyecto - ASISTENCIA TECNICO-ECONOMICA Y CAPACITACION VINCULADAS AL PROGRAMA - HIDROVIA PARAGUAY-PARANA (PUERTO DE CACERES-PUERTO DE NUEVA PALMIRA)
- B.- Tipo de Proyecto - De fortalecimiento institucional y asistencia preparatoria.  
Se busca satisfacer los cometidos del Comité Intergubernamental de la Hidrovía (CIH), a través de formar, perfeccionar y reciclar cuadros técnicos en las áreas operativas y administrativas de los Países integrantes de la Hidrovía en la ejecución del Programa Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).  
El proyecto persigue la asistencia técnico-económica en la etapa de preinversión para la construcción, mejoramiento o mantenimiento de las instalaciones portuarias e industria naval.
- C.- Area - Navegación, Transporte Fluvial y Puertos.
- D.- Sector - Público y Privado. Autoridades Marítimas. Autoridades Portuarias, Autoridades de Vías Navegables: Operadores de Transporte Fluvial y Operadores Portuarios; Contrapartes Técnicas de los Gobiernos ante el Proyecto Regional PNUD RLA/90/012/C.
- E.- Localización - El Proyecto se desarrollará en los cinco (5) Países miembros de la Hidrovía Paraguay-Paraná.
- F.- Duración - Cuatro (4) años.
- G.- Responsabilidad del Proyecto - CIH.



## SECCION II. - JUSTIFICACION

A.- Diagnóstico de la situación: Los Países integrantes de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira), buscan desarrollarla como vía de transporte y comunicación. Para ello es necesario estudiar y eliminar los obstáculos físicos y jurídico-institucionales que impiden su pleno desarrollo y uso, así como ampliar el sistema de ayudas a la navegación en toda su extensión. El Proyecto ha puesto especial énfasis en el estudio del Impacto Ambiental del emprendimiento en el área.

La infraestructura portuaria existente en los cinco (5) países miembros puede considerarse adecuada para los actuales movimientos de carga que se registran en la Hidrovía; sin embargo, los ritmos de crecimiento ameritan la especialización de dichas terminales o bien el mantenimiento, y en algunos casos, la construcción de nuevas instalaciones con capacidad suficiente para atender los pronósticos calculados.

La capacidad de bodega en la Hidrovía se encuentra al máximo de su utilización, observándose un alto grado de obsolescencia.

Si bien la industria naval localizada en la región está en condiciones de atender el reequipamiento de la flota, los altos costos y la falta de fuentes de financiación imposibilitan la construcción de nuevas unidades.

El CIH tiene el propósito de obtener cooperación técnica y asistencia financiera para formar, perfeccionar y reciclar los Cuadros Técnicos en las áreas operativa y administrativa, así como la realización de estudios en las áreas de infraestructura portuaria y de la industria naval que permitan diagnosticar la situación de las mismas y sus necesidades futuras, con el objeto de definir proyectos de preinversión en ambos sectores.

B.- Condiciones Locales para la Ejecución

Los Países integrantes de la Hidrovia aportarán el personal técnico que recibirá los cursos y participará en los seminarios y conferencias que se realicen, provenientes de los sectores pertinentes, tanto los que habrán de desarrollar funciones de contraparte técnica como los operadores de la misma.

Aportarán asimismo las facilidades disponibles en bienes y servicios a nivel Nacional y Regional, conforme a cada objetivo específico del Proyecto.

Se prevé la promoción de un mecanismo de cooperación horizontal que permitirá optimizar los recursos existentes en cada uno de los Países y ponerlos a disposición de las otras Partes.

C.- Diseminación y Amplificación de Resultados

La modernización y eficiencia de las flotas y los puertos permitirán resultados altamente significativos en la competitividad y economía del servicio, que a su vez está vinculado con la rentabilidad del transporte fluvial frente a otros modos de transporte. Asimismo, se prevé resultados atractivos para la diversificación del comercio regional que a través de fletes rebajados alentaría la competencia de productos regionales en mercados internacionales.

Por otra parte, al finalizar el Proyecto Regional RLA/90/012/C, con la participación en éste de las Contrapartes Técnicas actualizadas en los cursos, seminarios y conferencias previstos, se habrán definido propuestas de desarrollo de proyectos conexos a la navegación y en particular a puertos fluviales, flota e industria naval.

### SECCION III. - OBJETIVOS Y RESULTADOS

#### A. - Objetivos Generales del Proyecto

Desarrollar la oferta de servicios de transporte y transferencia de la Hidrovia Paraguay-Paraná a través de la obtención de fuentes de financiamiento para el reequipamiento de la flota de navegación fluvial y el sistema portuario, así también la capacitación técnica de los recursos humanos regionales.

Los resultados esperados contribuirán a la reducción de los costos de transporte y a fomentar las actividades productivas de la región y el comercio intra y extra regional, fortaleciendo la integración de los de los Países miembros del Proyecto.

#### B. - OBJETIVOS ESPECIFICOS

1) Desarrollo del sistema portuario:

Elaborar un plan de desarrollo del sistema portuario identificando las necesidades de infraestructura y equipamiento de acuerdo a los requerimientos del mercado.

2) Equipamiento de la flota de navegación fluvial:

Desarrollar un plan de reequipamiento del parque fluvial de acuerdo con las necesidades con la demanda de transporte en la Hidrovia.

3) Llevar a cabo un programa de asistencia y formación a través de cursos y seminarios en las siguientes áreas:

- a) Seguridad de la navegación.
- b) Seguros y liquidación de averías.
- c) Protección del medio ambiente en las operaciones de la Hidrovia.
- d) Operaciones portuarias.

- e) Desarrollo de la industria naval y construcción de embarcaciones para la Hidrovía.
- f) Personal embarcado.
- g) Vías navegables.
- h) Economía de transporte fluvial y multimodal.

NOTA SEHPP/AR Nº 75/92

BUENOS AIRES, 31 /AGOSTO/1992

SEÑOR DIRECTOR:

Tenemos el agrado de dirigirnos a usted, por mandato del Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira), con el objeto de poner a su consideración la conformación de la Unidad Coordinadora del Proyecto, tal como fuera acordada por las Delegaciones de los países en la VIIa. Reunión Extraordinaria del C.I.H., realizada en la sede de ésta Secretaría entre los días 17 y 20 de junio próximo pasados.

En la mencionada Reunión, el C.I.H. analizó la lista jerarquizada de expertos preparada por el P.N.U.D. para conformar una propuesta de integración de la Unidad Coordinadora del Proyecto, teniendo en cuenta los siguientes criterios:

- El hecho de que los candidatos hayan sido preseleccionados por el P.N.U.D.;
- El conocimiento de la región y la experiencia práctica, específicamente del área de la Hidrovía;
- Las informaciones sobre disponibilidad de tiempo, declaradas por los candidatos en sus entrevistas;

Por otra parte, se constató la necesidad de contar con un Experto Internacional de alto nivel para la tarea de acompañamiento y asistencia en forma global al proyecto. Para ello, se entendió conveniente crear el puesto de experto internacional con una carga/ocupación de tres meses/hombre por año.

Asimismo, teniendo en cuenta la relevancia fundamental para el proyecto, de las tareas vinculadas al dragado y balizamiento de las vías fluviales y el importante volumen de tareas de campo contempladas en los estudios, se consideró necesario reestructurar la posición de Ingeniería Fluvial. A los efectos de un resultado más eficiente en la realización de las tareas, se estimó conveniente contar con dos posiciones con una carga laboral de 18 meses/hombre para cada una. Estas posiciones, cuyas descripciones de funciones se adjuntan a la presente, se denominarían:

- a) Ingeniería fluvial
- b) Dragado y Balizamiento.

De acuerdo a los criterios expuestos, quedó conformada la propuesta del C.I.H. para la integración de la Unidad Coordinadora, de la siguiente manera:

h

1. Experto Internacional: Sr. Harmut BRUHL o Sr. Jean LELIEVRE;
2. Asesor Técnico Principal: Sr. Carlos E. D'ALMEIDA;
3. Especialista en Ingeniería Fluvial: Sr. Cesar A. ROLANDI PEDROZO;
4. Especialista en Dragado y Balizamiento: Sr. Miguel A. YANCOVICH;
5. Especialista en Transporte Fluvial y Terrestre: Sr. Héctor REVUELTA SANTA CRUZ;
6. Economista en Transporte Fluvial y Terrestre y Evaluación de Proyectos: Sr. Juan TERRA REYES.

Otro aspecto señalado por el C.I.H., fue la necesidad de acortar los plazos para la instalación de la Unidad Coordinadora, con el objeto de comenzar las tareas para el llamado a licitación de los estudios a la brevedad posible.

Sin otro particular, saludamos a usted atentamente.

JESUS GONZALEZ  
SECRETARIO EJECUTIVO

AL SEÑOR DIRECTOR  
REGIONAL ADJUNTO DEL P.N.U.D..  
D. ANTON KRUIDERINK  
S. / D.

## DESCRIPCION DE FUNCIONES

### Experto Internacional de Alto Nivel

**Sede** : Lugar de residencia, con periódicos viajes a Buenos Aires, a los Países miembros y a las sedes del BID y del PNUD, según las necesidades resultantes de las actividades asignadas.

**Duración** : 3 meses por año, durante el desarrollo del Proyecto.

**Fecha de inicio:** A determinar.

#### Descripción de las tareas:

Colaborar con el Asesor Técnico Principal, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las consultoras interesadas, realizando una revisión de los informes y documentación a presentar, de acuerdo a las normas del BID y del PNUD.

#### Idiomas:

Español y/o Portugués: indispensable  
Inglés: indispensable a nivel de trabajo.

#### Calificaciones:

Título Universitario reconocido oficialmente en Ingeniería con amplia experiencia en Hidráulica Fluvial y/o Transporte Fluvial.

Experiencia en operación de Proyectos PNUD, indispensable, y en Proyectos del BID, apreciada.

Experiencia en Proyectos Multinacionales y habilidad en relaciones oficiales e interpersonales.

#### Breve descripción del Proyecto:

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los Estudios de Ingeniería y de Impacto Ambiental necesarios para reactivar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

También, elaborará un Plan de Acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (24 meses), un Experto Internacional de Alto Nivel (3 meses/año) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

R

## DESCRIPCION DE FUNCIONES

### Especialista en Dragado y Balizamiento

Sede : Buenos Aires, con frecuentes viajes a lo largo de la vía fluvial Paraguay-Paraná y de sus afluentes principales, a los dos centros de trabajo (Asunción y Corumbá) y a los Países miembros, según las necesidades del Proyecto.

Duración : 18 meses.

fecha de inicio:

Descripción de tareas :

Bajo la responsabilidad del Asesor Técnico Principal, y en forma coordinada con los expertos y consultores del Proyecto Regional el especialista en dragado y balizamiento participará en la elaboración del Plan de Acción de Corto, Mediano y Largo Plazo para el PHPP; en lo que se refiere a su especialidad, así como también, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las consultoras interesadas.

Además, estará directamente a cargo de las siguientes tareas:

1. Monitoreo de los trabajos de campo de las consultoras, Módulo A (A1 + A2), B (Impacto Ambiental), en lo que se refiere a dragado, balizamiento y ayudas a la navegación.
2. Colaboración con las contrapartes nacionales en el control de los trabajos (de campo y de gabinete), y en la preparación de los planos batimétricos para dragado.
3. Analizar los relevamientos y batimetrías resultantes para el balizamiento.
4. Evaluación de la propuesta sobre los equipos de dragado y sus alternativas de utilización.
5. Análisis de las zonas de refulado y vaciado e inspección de las zonas probables de los trabajos.
6. Evaluación de características y equipos más necesarios para la señalización.
7. Elaborar informes especiales a requerimiento del Proyecto, informes de avance e informe final de sus actividades.

Idiomas:

Español y/o Portugués: indispensable

Inglés: deseable

*h*



**Calificaciones:**

Titulo Universitario reconocido oficialmente de Ingenieria con amplia experiencia en obras de corrección de ríos, en vías navegables, balizamiento, ayudas a la navegación, batimetría, relevamientos y modelos de previsión de niveles de ríos.

**Breve descripción del Proyecto:**

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los estudios de ingeniería y de impacto ambiental necesarios para reactivar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

También, elaborará un plan de acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (24 meses), un Experto Internacional de alto nivel (3 meses/año) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

9

## DESCRIPCION DE FUNCIONES

### Especialista en Ingeniería Fluvial

Sede : Buenos Aires, con frecuentes viajes a lo largo de la vía fluvial Paraná y sus afluentes principales en los centros de trabajo (Asunción y Montevideo) a los Países miembros de la OEA, de acuerdo a las necesidades del Proyecto.

Duración : 18 meses.

Fecha de inicio:

Descripción de tareas:

Bajo la responsabilidad del Asesor Técnico y en forma coordinada con los expertos y especialistas del Proyecto Regional, el especialista en Ingeniería Fluvial participará en la elaboración en el Plan de Acción de Mediano y Largo plazo para el PHPP, en lo que respecta a su especialidad, así como también, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las empresas interesadas.

Además, estará directamente a cargo de las siguientes tareas:

1. Estudios de corrientes y sedimentología.
2. Análisis de las características geológicas de los canales y del material a dragar.
3. Evaluación de los estudios de corrección de canales y obras de dragado de profundización y de ensanchamiento.
4. Estudios para la corrección de curvas que dificultan la navegación y análisis de sus posibles impactos.
5. Instalación y puesta en marcha, en la Sede del Proyecto de base(s) de datos informatizadas, compatibles y compatibles con la(s) base(s) desarrolladas por las consultoras subcontratistas, referentes a los estudios hidricos y sedimentológicos.
6. Instalación y puesta en marcha en la Sede del Proyecto de los modelos matemáticos desarrollados por las consultoras en el ámbito de lo subcontratado.
7. Elaborar informes especiales a requerimiento del proyecto, informes de avance e informes de actividades.

Idiomas:

Español y/o Portugués: indispensable

Inglés: deseable

A

**Calificaciones:**

Título Universitario reconocido oficialmente de Ingeniero con amplia experiencia en obras de corrección de ríos, en ríos navegables, balizamiento, ayudas a la navegación, batimetría, relevamientos y modelos de previsión de niveles del río.

**Breve descripción del Proyecto:**

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los estudios de ingeniería y de impacto ambiental necesarios para reactivar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palma).

También, elaborará un plan de acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (14 meses), un Experto Internacional de alto nivel (3 meses) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

↓

PROPUESTA DE PROYECTO DE COOPERACION CON  
LA COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS

SECCION I.- IDENTIFICACION

- A.- Nombre del Proyecto - COOPERACION DE CAPACITACION TECNICA  
VINCULADA AL PROYECTO - Hidrovia  
Paraguay-Paraná (Puerto Cáceres-  
Puerto de Nueva Palmira)
- B.- Tipo de Proyecto - De fortalecimiento institucional y  
operativo  
Se busca satisfacer los cometidos del Comité  
Intergubernamental de la Hidrovia (CIH), a través de formar,  
perfeccionar y reciclar cuadros técnicos en las áreas  
operativas y administrativas de los Países integrantes de la  
Hidrovia en la ejecución del Proyecto Hidrovia Paraguay-  
Paraná (Puerto Cáceres-Puerto de Nueva Palmira)
- C.- Area - Navegación y Transporte Fluvial
- D.- Sector - Público y Privado. Autoridades Marítimas.  
Autoridades Portuarias, Autoridades de Vías Navegables;  
Operadores de Transporte Fluvial y Operadores Portuarias;  
Contrapartes Técnicos de los Gobiernos ante el Proyecto  
Regional PNUD RLA/90/012/C.
- E.- Localización - El proyecto se desarrollará en los cinco (5)  
Países miembros de la Hidrovia Paraguay-Paraná.
- F.- Duración - 4 años.
- G.- Responsabilidad del Proyecto - CIH, Oficina de Coordinación  
en ...

SECCION II.- JUSTIFICACION

- A.- Diagnóstico de la situación: Los Países integrantes de la  
Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto Cáceres-Puerto de Nueva  
Palmira), buscan desarrollarla como vía de Transporte y  
Comunicación. Para ello es necesario estudiar y eliminar los  
obstáculos físicos y jurídico-institucionales que impiden su  
pleno desarrollo y uso, así como ampliar el sistema de

ayudas a la navegación en toda su extensión. El Proyecto ha puesto especial énfasis en el estudio del Impacto Ambiental del emprendimiento en el área.

El CIH tiene el propósito de obtener cooperación técnica y asistencia financiera para formar, perfeccionar y reciclar los Cuadros Técnicos en las áreas operativa y administrativa en la ejecución del Proyecto Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto Cáceres-Puerto de Nueva Palmira) para lo cual aprobó en su IV Reunión Extraordinaria del 7/x/81 solicitar la cooperación de la Comisión de Comunidades Europeas.

La CCE ha ratificado su interés en apoyar el Programa de la Hidrovia.

El Seminario itinerante sobre vías navegables y puertos europeos que organizara, en marzo de 1981, permitió a los representantes de los Países de la Cuenca una primera aproximación con las formas operativas y administrativas empleadas en las vías fluviales europeas, tales como Río Mosela, la conexión Rhin-Danubio, río Rhin y los puertos de la región.

Para el desarrollo de las actividades del Proyecto Regional RLA/80/012/C del PNUD, dispuso la formación de un equipo estable e interdisciplinario, financiado por los acuerdos firmados entre los cinco Países y el BID, el cual colaborará con el CIH y se complementará con las Contrapartidas Técnicas que aportan los Gobiernos.

El apoyo que se requiere a la CCE permitirá que los Países vean reforzadas sus propias capacidades técnicas a través de la realización de las actividades del Proyecto propuesto, y se beneficiarán de la experiencia adquirida en las modalidades de operación de las distintas vías fluviales europeas.

#### B.- Condiciones Locales para la Ejecución

Los Países integrantes de la Hidrovia aportarán el personal técnico que recibirá las curvas y participará en los seminarios y conferencias que se realicen, provenientes de

los sectores pertinentes, tanto los que habrán de desarrollar funciones de contraparte técnica como los operadores de la misma.

Aportarán asimismo los locales y facilidades para la realización de los mismos a nivel Nacional y Regional.

Se prevé la promoción de un mecanismo de cooperación horizontal que permitirá optimizar los recursos existentes en cada Países y ponerlos a disposición de las otras Partes.

C.- Diseminación y Amplificación de Resultados

El CIH al finalizar el Proyecto Regional RLA/90/012/C, con la participación en éste de las Contrapartes Técnicas actualizadas en los cursos seminarios y conferencias propuestos, habrá definido propuestas de desarrollo de proyectos conexos a la navegación y en particular a puertos fluviales, flota e industria naval, así como recomendar a los Gobiernos cursos de acción para su implementación, lo cual producirá un desarrollo intensivo del sistema de transporte fluvial.

SECCION III.- OBJETIVOS Y RESULTADOS

A.- Objetivos Generales del Proyecto

Fortalecer la capacidad técnica de los Países a través de la formación, capacitación y reciclaje de los especialistas de los Gobiernos que integrarán el Proyecto RLA/90/012/C como contrapartidas técnicas y de los integrantes de los demás sectores que operan en la Hidrovía.

B.- OBJETIVOS ESPECIFICOS

1) Llevar a cabo un programa de asistencia de formación a través de cursos, conferencias y seminarios con el objeto de recoger la experiencia en el desarrollo de los sistemas de navegación fluvial en Europa, que abarquen los siguientes temas:

- a) Normas de seguridad aplicadas a buques y embarcaciones de navegación fluvial. Sistemas de control de su cumplimiento. Navegación en convoy y

- sistemas de remolque.
- b) Balizamiento y señalización de vías fluviales.
  - c) Normas de facilitación del tráfico fluvial.
  - d) Seguros fluviales y normas aplicables a la liquidación de averías.
  - e) Protección del medio ambiente:
    - Transporte de mercancías peligrosas
    - Normas de prevención de la contaminación aplicables a buques y embarcaciones fluviales
    - Planes de contingencia para los casos de derrame de hidrocarburos y sustancias nocivas.
  - f) Sistemas y normas aplicables al pilotaje en las vías fluviales
  - g) Operaciones portuarias:
    - Infraestructura de puertos fluviales
    - Operaciones de transferencia y complemento de cargas
    - Transporte multimodal. Régimen legal aplicable al tránsito de mercaderías
    - Manipulación y almacenamiento de mercancías peligrosas.
  - h) Desarrollo de la industria naval, tendiente a la construcción de embarcaciones/barcazas para la navegación en la Hidrovía, teniendo en cuenta las cargas actuales y las potenciales que se transportarían.
- 2) Desarrollar un proyecto de cooperación horizontal referido a la formación y capacitación del personal embarcado.
- 3) Capacitación a nivel superior en las áreas de:
- Economía de transporte, con énfasis en sistemas intermodales que incluyan hidrovías.
  - Mejoramiento y mantenimiento de las vías navegables.

BUENOS AIRES, /JUNIO/1992

SEÑOR DIRECTOR:

Tenemos el agrado de dirigirnos a usted, por mandato del Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira), con el objeto de poner a su consideración la conformación de la Unidad Coordinadora del Proyecto, tal como fuera acordada por las Delegaciones de los países en la VIIa. Reunión Extraordinaria del C.I.H., realizada en la sede de esta Secretaría entre los días 17 y 20 de junio próximo pasados.

En la mencionada Reunión, el C.I.H. analizó la lista jerarquizada de expertos preparada por el P.N.U.D. para conformar una propuesta de integración de la Unidad Coordinadora del Proyecto, teniendo en cuenta los siguientes criterios:

- El hecho de que los candidatos hayan sido preseleccionados por el P.N.U.D.;
- El conocimiento de la región y la experiencia práctica, específicamente del área de la Hidrovía;
- Las informaciones sobre disponibilidad de tiempo, declaradas por los candidatos en sus entrevistas;

Por otra parte, se constató la necesidad de contar con un Experto Internacional de alto nivel para la tarea de acompañamiento y asistencia en forma global al proyecto. Para ello, se entendió conveniente crear el puesto de experto internacional con una carga/ocupación de tres meses/hombre por año.

Asimismo, teniendo en cuenta la relevancia fundamental para el proyecto, de las tareas vinculadas al dragado y balizamiento de las vías fluviales, y el importante volumen de tareas de campo contempladas en los estudios, se consideró necesario reestructurar la posición de Ingeniería Fluvial. A los efectos de un resultado más



eficiente en la realización de las tareas, se estimó conveniente contar con dos posiciones con una carga laboral de 16 meses/hombre para cada una. Estas posiciones, cuyas descripciones de funciones se adjuntan a la presente, se denominarían:

- a) Ingeniería fluvial
- b) Dragado y balizamiento.

De acuerdo a los criterios expuestos, quedó conformada la propuesta del C.I.H. para la integración de la Unidad Coordinadora, de la siguiente manera:

1. Experto internacional: Sr. Harmut BRUHL o Sr. Jean LELIEVRE;
2. Asesor Técnico Principal: Sr. Carlos E. ALMEIDA;
3. Especialista en Ingeniería Fluvial: Sr. César A. ROLANDI PEDROZO;
4. Especialista en Dragado y Balizamiento: Sr. Miguel A. YANCOVICH;
5. Especialista en Transporte Fluvial y Terrestre: Sr. Héctor REVUELTA SANTA CRUZ;
6. Economista en Transporte Fluvial y Terrestre y Evaluación de Proyectos: Sr. Juan TERRA REYES.

Otro aspecto señalado por el C.I.H., fue la necesidad de acortar los plazos para la instalación de la Unidad Coordinadora, con el objeto de comenzar las tareas para el llamado a licitación de los estudios a la brevedad posible.

Sin otro particular, saludamos a usted atentamente.

JESUS GONZALEZ  
SECRETARIO EJECUTIVO

AL SENOR DIRECTOR  
REGIONAL ADJUNTO DEL P.N.U.D.  
D. ANTON KRUIDERINK  
S. / D.

## DESCRIPCION DE FUNCIONES

### Experto Internacional de Alto Nivel

**Sede** : Lugar de residencia, con periódicos viajes a Buenos Aires, a los Países miembros y a las sedes del BID y del PNUD, según las necesidades resultantes de las actividades asignadas.

**Duración** : 3 meses por año, durante el desarrollo del Proyecto.

**Fecha de inicio:** A determinar

#### Descripción de tareas:

Colaborar con el Asesor Técnico Principal, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las consultoras interesadas, realizando una revisión de los informes y documentación a presentar, de acuerdo a las normas del BID y del PNUD.

#### Idiomas:

Español y/o Portugués: indispensable

Inglés: indispensable a nivel de trabajo

#### Calificaciones:

Título Universitario reconocido oficialmente en Ingeniería con amplia experiencia en Hidráulica Fluvial y/o Transporte Fluvial.

Experiencia en operación de Proyectos PNUD, indispensable, y en Proyectos del BID, apreciada.

Experiencia en Proyectos Multinacionales y habilidad en relaciones oficiales e interpersonales.

#### Breve descripción del Proyecto:

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los Estudios de Ingeniería y de Impacto Ambiental necesarios para reactivar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

También, elaborará un Plan de Acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (24 meses), un Experto Internacional de alto nivel (3 meses/año) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

DESCRIPCION DE FUNCIONES  
Especialista en Dragado y Balizamiento

Sede : Buenos Aires, con frecuentes viajes a lo largo de la vía fluvial Paraguay-Paraná y de sus afluentes principales, a los dos Centros de Trabajo (Asunción y Corumbá) y a los Países miembros, según las necesidades del Proyecto.

Duración : 18 meses.

Fecha de inicio: ~~Enero 1992.~~

Descripción de tareas:

Bajo la responsabilidad del Asesor Técnico Principal, y en forma coordinada con los expertos y consultores del Proyecto Regional, el especialista en Dragado y Balizamiento participará en la elaboración del Plan de Acción de Corto, Mediano y Largo Plazo para el PHPP, en lo que se refiere a su especialidad, así como también, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las consultoras interesadas.

Además, estará directamente a cargo de las siguientes tareas:

1. Monitoreo de los trabajos de campo de las consultoras, Módulo A (A1 + A2), B (Ingeniería) y B (Impacto Ambiental), en lo que se refiere a dragado, balizamiento y ayudas a la navegación.

2. Colaboración con las contrapartes nacionales en el control de los trabajos (de campo y de gabinete), y en la preparación de los ~~mapas de navegación~~ <sup>mapas de dragado</sup> *planes batimétricos para*

3. Analizar los relevamientos y batimetrías resultantes para el balizamiento.

4. Evaluación de la producción de los equipos de dragado y sus alternativas de utilización.

5. Análisis de las zonas de refulado y vaciado e Inspección de las zonas probables de los trabajos.

6. Determinación de características y equipos más aconsejables para la señalización.

*Evaluación de características y equipos necesarios para la señalización.*

7. Elaborar informes especiales a requerimiento del Proyecto, informes de Avance e Informe Final de sus actividades.

**Idiomas:**

Español y/o Portugués: indispensable

Inglés: deseable

**Calificaciones:**

Título Universitario reconocido oficialmente de Ingeniería con amplia experiencia en obras de corrección de ríos, en vías navegables, balizamiento, ayudas a la navegación, batimetría, relevamientos y modelos de previsión de niveles de ríos.

**Breve descripción del Proyecto:**

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los Estudios de Ingeniería y de Impacto Ambiental necesarios para facilitar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

También, elaborará un Plan de Acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (24 meses), un Experto Internacional de alto nivel (3 meses/año) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

**DESCRIPCION DE FUNCIONES**  
**Especialista en Ingeniería Fluvial**

**Sede** : Buenos Aires, con frecuentes viajes a lo largo de la vía fluvial Paraguay-Paraná y de sus afluentes principales, a los dos Centros de Trabajo (Asunción y Corumbá) y a los Países miembros, según las necesidades del Proyecto.

**Duración** : 18 meses.

**Fecha de inicio:** ~~Enero 1992.~~

**Descripción de tareas:**

Bajo la responsabilidad del Asesor Técnico Principal, y en forma coordinada con los expertos y consultores del Proyecto Regional, el especialista en Ingeniería Fluvial participará en la elaboración del Plan de Acción de Corto, Mediano y Largo Plazo para el PHPP, en lo que se refiere a su especialidad, así como también, en la licitación de los estudios y la evaluación de las ofertas de las consultoras interesadas.

Además, estará directamente a cargo de las siguientes tareas:

1. Estudios de Corrientes y Sedimentología.
2. Análisis de las Características Geológicas de los fondos y del material a dragar.
3. Evaluación de los Estudios de Corrección de Cauces y Obras de Dragado de Profundización y de Encauzamiento.
4. Estudios para la corrección de ~~cauces~~ <sup>cauces y de dificultad de navegación</sup> especiales y análisis de sus posibles impactos.
5. Instalación y puesta en marcha, en la Sede del Proyecto, de Base(s) de Datos informatizadas, similar(es) y compatible(s) con la(s) base(s) desarrollada(s) por las consultoras subcontratistas, referentes a los estudios hidrícos y sedimentológicos.
6. Instalación y puesta en marcha en la Sede del Proyecto, de los modelos matemáticos desarrollados por las consultoras en el ámbito de los subcontratos.
7. Elaborar informes especiales a requerimiento del Proyecto, informes de Avance e Informe Final de sus actividades.

**Idiomas:**

Español y/o Portugués: indispensable

Inglés: deseable

**Calificaciones:**

Título Universitario reconocido oficialmente de Ingeniería con amplia experiencia en obras de corrección de ríos, en vías navegables, balizamiento, ayudas a la navegación, batimetría, relevamientos y modelos de previsión de niveles de ríos.

**Breve descripción del Proyecto:**

El Proyecto Regional administrará y acompañará la ejecución de los Estudios de Ingeniería y de Impacto Ambiental necesarios para reactivar la navegación en la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

También, elaborará un Plan de Acción para la ejecución del Programa de la Hidrovía, incluyendo propuestas de desarrollo relacionadas con la vía fluvial y en transporte naviero en el área de influencia de la vía fluvial.

El Proyecto contará con un Asesor Técnico Principal (24 meses), un Experto Internacional de alto nivel (3 meses/año) y 4 expertos por una duración de 18 meses y 7 consultores de corto plazo.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DE LA IXa. REUNION ORDINARIA  
DEL COMITE INTERGUBERNAMENTAL DE LA HIDROVIA PARAGUAY-PARANA  
(Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira)

PARANA, 26 AL 28 DE AGOSTO DE 1992

I. DELEGACIONES DE LOS PAISES MIEMBROS

ARGENTINA

Mtro. María M. Lorenzo Alcalá  
Subdirectora América del Sur  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

C/C(R) Enrique Oscar Oyhamburu  
Director de Actividades Navieras  
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

Dr. Ricardo Del Barco  
Ministerio de Defensa

Cons. Alfredo M. Rescio  
Dirección América del Sur  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

C.N. Roberto Blanco Azóarate  
Armada Argentina

Pref.M Edgardo Ojeda  
Prefectura Naval Argentina

Sec. Eduardo Gómez  
Dirección Nacional de Integración Económica  
Ministerio de RR.EE.

Dra. Beatriz Cristina Melendez  
Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

Pref.M Ricardo Martín de Donatis  
Prefectura Naval Argentina

Lic. Alejandra Martín  
Ministerio de Defensa

Dr. Alberto Terrera  
Cuenca del Plata  
Ministerio de RR.EE.

Pref. Carlos Alberto Spadavecchia  
Prefectura Naval Argentina

Ing. Aldo Mario Confortti  
Dirección Nacional de Construcciones Portuarias  
y Vías Navegables

Ing. José V. Scarpeci  
Dirección Nacional de Construcciones Portuarias  
y Vías Navegables

Ctralte. Carlos Vaihinger  
Asesor

#### BOLIVIA

Lic. Helena Cernohorska de Rico  
Directora General de Integración  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Sec. Guadalupe Palomeque De la Cruz  
Jefe del Depto. Nº 5 Cuenca del Plata e Hidrovia  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Ing. Leónidas Ferrufino Carrasco  
Asesor en Asuntos Marítimos de la Subsecretaría de la  
Armada e Intereses Marítimos  
Ministerio de Defensa Nacional

Ing. Flavio Escobar Angulo  
Director de Planificación del Transporte  
Ministerio de Transportes y Comunicaciones y A.C.

#### BRASIL

Mtro. Vitoria Alice Cleaver  
Jefe de la Dirección de América Meridional I  
Ministerio de Relaciones Exteriores

CapNav Fernando Sergio Nogueira de Araujo  
Agregado Naval de la Embajada en Buenos Aires

Cons. Carlos Alfredo Lazary Teixeira  
Jefe del Sector Político de la Embajada en Buenos Aires

Dr. Guilherme de Lima Paes  
Coordinador General de Navegación Interior

Dr. João Berjas  
Jefe de la Dirección de Logística Aduanera  
Receita Federal



**SECRETARIA EJECUTIVA**

Sr.        Jesús González  
Lic.       José María de Libés  
C.N.       Osvaldo Casal  
Sra.       Stella Maris Pérez  
Srta.      Beatriz Alicia Pérez

**II - ORGANISMOS INTERNACIONALES**

**INTAL**

Dr.        Eugenio Valenciano  
Dr.        Miguel A. Rivas  
            Asesor

**ALADI**

Ing.       Edgar Ergueta Avila

**FONPLATA**

Ing.       Pedro Sosa Pinilla

IngNav Alexandre José Trinas de Freitas  
Dirección General de Puertos y Costas  
Ministerio de Marina

PARAGUAY

VMtro.Dr. Antonio Félix López Acosta  
Jefe de Delegación  
Subsecretario de Asuntos Económicos Internacionales del  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Ing. Ramón A. Cabrera  
Director del Departamento Cuenca del Plata  
Ministerio de Relaciones Exteriores

C.N. Anibal B. Zarza Ayala  
Asesor de Administración Nacional  
Navegación y Puertos.

Dr. Salvador Reinaldo Valdez  
Asesor Económico  
Administración Nacional de Navegación y Puertos

Cap. Roberto M. Salinas  
Inspector General  
Flota Mercante del Estado

URUGUAY

Ctraite. Gualberto Ruiz Estellano  
Presidente de Delegación

CN.(R) Ulises Walter Perez  
Director General de Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Transporte y Obras Públicas

CN. Carlos Giani Ferrerí  
Asesor - Secretario Delegación  
Armada Nacional

Dr. Oscar Carbajal  
Ministerio de Relaciones Exteriores

Ing Roberto Suarez Nicolini  
Jefe de Asesoría Técnica  
Ministerio de Transporte y Obras y Servicios Públicos

CC. Juan Eduardo Craigdallie  
Armada Nacional

## INFORME DE LOS GRUPOS TECNICOS

En cumplimiento del mandato recibido del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira), se reunieron los Grupos Técnicos los días 24 y 25 de Agosto de 1992, en la ciudad de Paraná, Provincia de Entre Ríos, República Argentina.

Los Grupos Técnicos desarrollaron sus tareas bajo la Presidencia de la Delegación Argentina, ejercida por el Señor Capitán Don Enrique OYHAMBURU, recayendo igualmente la relatoría en la misma delegación, ejercida por el Señor Capitán de Corbeta Auditor Guillermo José BARTOLETTI.

Las Delegaciones estuvieron integradas de acuerdo a la nómina del Anexo I del presente.

Se estableció, en primer término, la metodología de trabajo de la reunión a fin de considerar los temas precisados en la agenda provisoria que oportunamente la Secretaría Ejecutiva hiciera llegar a los respectivos países.

A continuación se comenzó a considerar el punto 6 de la Agenda, referido a "Términos de referencia a elevar al P.N.U.D.(conformación Unidad Coordinadora)". Al respecto se dió lectura al Proyecto de nota que elaborara la Secretaría Ejecutiva y los observaciones efectuadas por la República Federativa del Brasil y la República Argentina.

Luego de un intercambio de opiniones se resolvió aceptar esas observaciones propuestas en el punto 1 de sus notas, relativas a la cantidad de expertos con que deberían contar los respectivos Proyectos.

Con relación a la descripción de funciones del "Especialista en Dragado y Balizamiento" se acordó reemplazar en el punto 2 los términos "mapas de navegación" por "planos batimétricos para dragado".

Con relación al punto 6, el mismo fue modificado, quedando redactado del siguiente modo: "Evaluación de características y equipos necesarios para la señalización".

Se introdujo, también, una modificación a las funciones descriptas en el punto 4 correspondiente al "Especialista en Ingeniería Fluvial", cambiando la expresión "curvas especiales" por "curvas que dificulten la navegación".

*[Handwritten signatures and initials]*

Posteriormente se pasó a considerar el Proyecto de "Régimen de Sanciones en materia de Seguridad a la navegación" presentado por el INTAL (punto 3 de la agenda). Se consideró que el proyecto pese a constituir un aporte interesante sobre el tema, no llegaba a contemplar en forma integral la problemática que sobre la cuestión se observó oportunamente en el seno del respectivo Grupo Técnico, por lo cual se concordó que sería conveniente que se delinearán los principios generales y los aspectos básicos a tener en cuenta, para luego avanzar sobre las particularidades del Régimen único de que se trata. A tal fin la delegación de la República Argentina presentará un documento de trabajo. Por su parte, los demás países podrán aportar las observaciones que consideren pertinentes. Asimismo, se recomienda requerir al INTAL que haga llegar toda la documentación que sirvió de antecedente para la elaboración del Proyecto presentado.

En relación al punto 4 de la agenda de trabajo "Modelo de la Navegación Fluvial para el análisis, y evaluación de iniciativas de la Hidrovía Paraguay-Paraná", se efectuó un análisis del documento y se coincidió en la importancia de la realización de este estudio y otros posteriores complementarios para la toma de decisiones de las autoridades gubernamentales y sectores privados interesados en la Hidrovía. Los países acordaron enviar a la Secretaría Ejecutiva las observaciones que pudieran surgir del respectivo análisis que hicieran los organismos nacionales correspondientes.

A continuación se puso a consideración el punto 5 de la agenda, relativo al Protocolo de Asuntos Aduaneros. Al respecto, se volvieron a tratar las sugerencias que en su momento presentara la Comisión Permanente de Transporte de la Cuenca del Plata (CPTCP) correspondientes a los artículos 13 y 20. Las Delegaciones acordaron mantener la actual redacción de los textos de los artículos.

En tal sentido, fueron unánimes en destacar la necesidad de sus respectivos países de contar con garantías para satisfacer obligaciones fiscales eventualmente exigibles. Se señaló al respecto que si se optara por ofrecer la flota como garantía, ésta no sería afectada en su totalidad, sino aquellas unidades necesarias para cubrir el monto adeudado.

Además, la inclusión de la frase final del Artículo 130, como forma de atender las inquietudes manifestadas por la C.P.T.C.P., flexibiliza el mecanismo al habilitar el aporte de otro tipo de garantías.

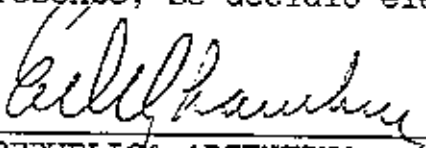
En cuanto al Artículo 209, el Protocolo Adicional sobre Asuntos Aduaneros contempla situaciones regulares en el tránsito internacional, estando los casos fortuitos o de fuerza mayor previstos en el Artículo 249. La falta de precintos en la Aduana de Destino por razones distintas a las señaladas, deberá preverse en el Protocolo relativo a las infracciones, que se encuentra en proceso de redacción, el que deberá contener la regulación de las sanciones y sus excepciones.


En particular, con referencia al artículo 13, se propone al Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira) como un modelo a considerar en el futuro, atento al proceso de integración que se está llevando a cabo por los Países signatarios y teniendo en cuenta las inquietudes presentadas por el sector privado, la posibilidad de estudiar la elaboración de un régimen que permita la ejecución en un País Signatario de las obligaciones fiscales originadas en otro País Signatario en el marco del Acuerdo de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto Cáceres-Puerto de Nueva Palmira).

Respecto del artículo 20, a fin de establecer reglas precisas para todos los sectores usuarios de la Hidrovia, se consideró la conveniencia de estudiar la implementación de un régimen de infracciones único que también contemplara los respectivos procedimientos. En este sentido, las delegaciones acordaron que un documento importante que serviría de base para la elaboración de ese régimen sería el Proyecto de Aduanero Único, cuya redacción se está llevando a cabo en el seno de las reuniones del Mercosur.

En otro orden de consideraciones, debido a la diversidad de documentos que han sido elaborados a raíz del Acuerdo de Transporte, con la consiguiente posibilidad de ambigüedades normativas de algunos aspectos o de efectuar interpretaciones sobre el alcance de determinadas normas, y, además, teniendo en cuenta las inquietudes del sector privado, se acordó que existía la necesidad de comenzar a estudiar la estructura y conformación de la Comisión del Acuerdo y su oportuna y en funcionamiento, de modo tal que se constituya, a la vez, un foro de intercambio de opiniones entre las autoridades de los Países Signatarios, como así también, de ellas con el sector privado. Se acordó elevar dicha inquietud al Comité para su consideración.

Finalmente, el informe del Subgrupo de Trabajo que analizó los proyectos de reglamentos citados en el párrafo 5 del presente, se decidió elevarlo por separado al C.I.U.

  
REPUBLICA ARGENTINA

  
REPUBLICA DE BRASIL

  
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

  
REPUBLICA DEL PARAGUAY

  
REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

LISTA DE PARTICIPANTES DE LA REUNION DE  
GRUPOS TECNICOS DEL COMITE INTERGUBERNAMENTAL DE LA  
HIDROVIA PARAGUAY-PARANA  
PARANA, 24 AL 25 DE AGOSTO DE 1992

I. DELEGACIONES DE LOS PAISES MIEMBROS

ARGENTINA

C/C(R) Enrique Oscar Oyhamburu  
Director de Actividades Navieras  
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

Cons. Alfredo M. Rescic  
Dirección America del Sur  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Lic. Alejandra Martín  
Ministerio de Defensa

Pref.M Edgardo Ojeda  
Prefectura Naval Argentina

Sec. Eduardo Gómez  
Dirección Nacional de Integración Económica  
Ministerio de RR.EE.

Lic. Enrique Hugo Pérez  
Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

Dra. Beatriz Cristina Melendez  
Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos

C/C Guillermo Bartoletti  
Armada Argentina  
Ministerio de Defensa

Pref.M Ricardo Martín de Donatis  
Prefectura Naval Argentina

Dr. Alberto Terrera  
Cuenca del Plata  
Ministerio de RR.EE.

Pref. Carlos Alberto Spadavecchia  
Prefectura Naval Argentina

Dr. Pedro Girondín  
Administración Nacional de Aduanas

Ing. Aldo Mario Confortti  
Dirección Nacional de Construcciones Portuarias  
y Vías Navegables

Ing. José V. Scarpeci  
Dirección Nacional de Construcciones Portuarias  
y Vías Navegables

Alte. Carlos Vaihinger  
Asesor

#### BOLIVIA

Sec. Guadalupe Palomeque De la Cruz  
Jefe del Depto. N° 5 Cuenca del Plata e Hidrovía  
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Ing. Leónidas Ferrufino Carrasco  
Asesor en Asuntos Marítimos de la Subsecretaría de la  
Armada e Intereses Marítimos  
Ministerio de Defensa Nacional

Ing. Flavio Escobar Angulo  
Director de Planificación del Transporte  
Ministerio de Transportes y Comunicaciones y A.C.

#### BRASIL

Cons. Carlos Alfredo Lazary Texeira  
Jefe del Sector Político de la Embajada en Buenos Aires

CapNav Fernando Sergio Nogueira de Araujo  
Agregado Naval de la Embajada en Buenos Aires

Dr. Guilherme de Lima Paes  
Coordinador General de Navegación Interior

IngNav Alexandre José Trinas de Freitas  
Dirección General de Puertos y Costas  
Ministerio de Marina

**PARAGUAY**

- CapNav Anibal B. Zarza Ayala  
Asesor de Administración Nacional  
Navegación y Puertos.
- Ing. Ramón A. Cabrera  
Director del Departamento Cuenca del Plata  
Ministerio de Relaciones Exteriores
- Dr. Salvador Reinaldo Valdez  
Asesor Económico  
Administración Nacional de Navegación y Puertos
- Cap. Roberto M. Salinas  
Inspector General  
Flota Mercante del Estado

**C/C URUGUAY**

- CN.(R) Ulises Walter Perez  
Director General de Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Transporte y Obras Públicas
- CN. Carlos Giani Ferreri  
Asesor - Secretario Delegación  
Armada Nacional
- Dr. Oscar Carbajal  
Ministerio de Relaciones Exteriores
- Ing. Roberto Suarez Nicolini  
Jefe de Asesoría Técnica  
Ministerio de Transporte y Obras y Servicios Públicos
- CC. Juan Eduardo Craigdallie  
Armada Nacional
- Ing. Luis R. Perdomo  
Asesor de la Dirección General de  
Transporte Fluvial y Marítimo  
Ministerio de Transporte y Obras Públicas
- Dr. Walter Vasallo  
Asesor  
Dirección Nacional de Aduanas

**SECRETARIA EJECUTIVA**

- Lic. José María de Libés
- Lic. Claudia Llantada



Cap. Osvaldo Casal

Sra. Stella Maris Pérez

II - ORGANISMOS INTERNACIONALES

INTAL

Dr. Miguel A. Rivas  
Asesor

ACTA DEL GRUPO TECNICO  
PARA EL ANALISIS Y REVISION DEL  
PROYECTO DE REGLAMENTO EN MATERIA DE  
TRANSPORTE DE MERCADERIAS SOBRE CUBIERTA Y  
ASIGNACION DE FRANCOBORDO

En la Ciudad de Paraná, Provincia de Entre Ríos, a los veinticuatro días del mes de agosto del año mil novecientos noventa y dos, se reunió el Grupo mencionado "supra", integrado por Delegados de Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, cuya conformación se agrega como Anexo I.

El mencionado Grupo, sesionó entre los días veinticuatro al veintiseis del mes en curso bajo la Presidencia del señor Prefecto Mayor Ricardo Martín DE DONATIS, actuando como relator el Prefecto Carlos Alberto SPADAVECCHIA, ambos de la Delegación Argentina, quienes fueron nominados como tales por unanimidad.

Iniciada la deliberación, las distintas Delegaciones en uso de la palabra, manifestaron estar de acuerdo en general con el proyecto de reglamento presentado por el I.N.T.A.L. sobre los temas en cuestión, expresando algunas objeciones al mismo, razón por la cual se inició el análisis, artículo por artículo, cuyos detalles corren agregados como Anexos II y III de la presente.

En el caso del Reglamento de Mercaderías sobre Cubierta por unanimidad se decidió armonizar este Documento con el Protocolo de Seguridad de la Navegación, eliminando en consecuencia el "Certificado de Transporte de Mercaderías sobre Cubierta en Embarcaciones de Hidrovía" (Cubertada) que figura en el Apéndice II del Documento INTAL y consignando el valor autorizado de cubertada en el Certificado de Seguridad de la Navegación para las Embarcaciones de la Hidrovía, en razón de contar éste con un casillero destinado al efecto.


Se deja expresa constancia que el Apéndice II del Reglamento de Francobordo requiere un análisis más detenido y sobre todo, compatibilizar los procedimientos utilizados en cada uno de los Países Signatarios. En tal sentido, tanto la Delegación Argentina como la Brasileña manifiestan su deseo de remitir -por cuerda separada- a la Secretaría Ejecutiva un proyecto de normas sobre Estabilidad Intacta para su distribución a los demás Países; ello, no obstante, sin perjuicio que cualesquiera de las demás Delegaciones puedan hacer lo propio.

A tal efecto, el Grupo considera conveniente sugerir que, en una fecha previa a la Xa. Reunión Ordinaria del C.I.H., a ser decidida por éste, se lleve a cabo una Reunión de Expertos para efectuar la compatibilización correspondiente.

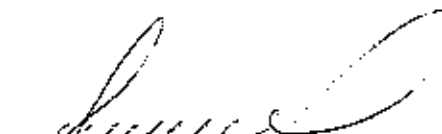
En relación con el Apéndice III del Reglamento de Francobordo, se convino en utilizar como marca un logotipo identificatorio para las embarcaciones de la Hidrovía. La marca adoptada es un rombo de las mismas dimensiones que el disco, el cual debe acompañarse de las marcas identificatorias de cada País Signatario.

Por la eliminación de ciertos Artículos en los Reglamentos arriba mencionados, así como de otras consideraciones, corresponde una revisión de los documentos a fin de armonizar adecuadamente el aspecto redaccional.


Las Delegaciones integrantes del Subgrupo desean destacar el esfuerzo del representante del INTAL por su participación en éste.



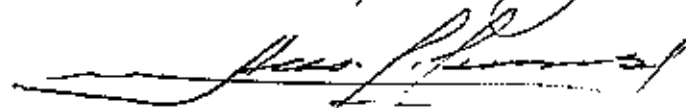
REPUBLICA ARGENTINA



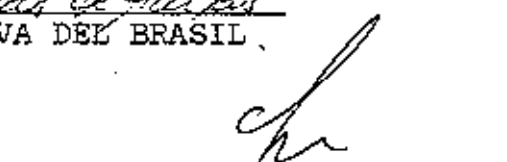
REPUBLICA DE BOLIVIA



REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL



REPUBLICA DEL PARAGUAY



REPUBLICA ORIENTAL DEL  
URUGUAY

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DEL SUBGRUPO TECNICO  
PARA EL ANALISIS Y REVISION DEL PROYECTO DE REGLAMENTOS EN  
MATERIA DE "CUBERTADA" Y "FRANCOBORDO"

**ARGENTINA**

- Pref. Myr. Edgardo Ojeda  
Prefecto de Zona Bajo Paraná
- Pref. Myr. Ricardo Martín De Donatis  
Jefe Depto. Técnico de la Navegación
- Pref. Carlos A. Spadavecchia  
División Asuntos Internacionales
- Ing. Aldo M. Conforti  
Jefe del Depto. Vías Navegables  
Dirección Nacional de Construcciones Portuarias y  
Vías Navegables

**BOLIVIA**

- Ing. Leónidas Ferrufino Carrasco  
Asesor en Asuntos Marítimos  
Subsecretaría de la Armada e Intereses Marítimos

**BRASIL**

- Ing. Nav. Alexandre José Trinas de Freitas  
Diretoria de Portos e Costas  
Ministério da Marinha

**PARAGUAY**

- Ing. Ramón A. Cabrera  
Director del Depto. Cuenca del Plata  
Ministerio de Relaciones Exteriores
- Cap. Nav. Anibal B. Zarza  
Asesor de la Administración Nacional  
Navegación y Puertos

**URUGUAY**

- Cap. Corb. Juan E. Craigdallie  
Prefectura Nacional Naval
- Ing. Luis R. Perdomo  
Dirección General de Transporte Fluvial y Marítimo

**BID-INTAL**

- Dr. Miguel Angel Rivas  
Consultor

ANEXO II

Reglamento único para el transporte  
de Mercaderías sobre cubierta

Capítulo I (SE ELIMINA QUEDANDO COMO CAPITULO UNICO)

- Art. 1: Sin Objeciones.
- Art. 2: Modificado:  
Se elimina el inciso c).  
Se enmienda el inciso d): "En este caso la Autoridad competente de cada País Signatario asentará la autorización pertinente en el correspondiente casillero del Certificado de Seguridad de la Navegación para las Embarcaciones de la Hidrovia".
- Art. 3: Sin Objeciones.
- Art. 4: Sin Objeciones.
- Art. 5: Agregar a lo existente:  
"Las distancias consignadas corresponden a valores máximos, pudiendo en ciertos casos, las Autoridades competentes definir distancias menores en función de las características físicas del río en determinados tramos".
- Art. 6: Enmienda redaccional:  
" La resistencia estructural de las cubiertas y tapas de escotillas donde se apoya la cubertada debe estar en relación al peso de la carga que se pretende transportar".
- Art. 7: Sin objeciones.
- Art. 8: Enmiendas redaccionales:  
léase "imbornales y portas de desagüe" en lugar de "bocas de tormenta".
- Art. 9: Enmienda de forma:  
En lugar de Arts. 8 y 9, léase 7 y 8.
- Art. 10: Enmienda redaccional:  
léase "1,00 m" en lugar de "0,8 m".
- Art. 11: Sin Objeciones.
- Art. 12: Enmienda redaccional:  
"Las características de los cables, cadenas, tensores, grilletes y demás accesorios de trincado de la cubertada, deben ser tales que aseguren la inmovilidad de la carga".

Art. 13: Enmienda redaccional:  
Se agrega "...debiendo contener como mínimo, informaciones tales como, carga admisible por m<sup>2</sup>, altura máxima de cubertada, distribución de carga y relación de ordenada del centro de gravedad vs. el calado".  
En lugar de (5) y (7) debe leerse (4) y (6).

Art. 14: Se elimina.

Art. 15: Enmienda :  
"Previo a la aprobación de los planos y cálculos mencionados en los Arts. anteriores, la Autoridad competente del país de bandera de la embarcación la inspeccionará a los fines de constatar en ella los elementos técnicos de juicio aportados".

Art. 16: Enmienda:  
"Cuando los resultados de la inspección de constatación referida en el art. anterior se correspondieran con los elementos técnicos de juicio, la Autoridad competente consignará la autorización en el casillero correspondiente del Certificado de Seguridad de la Navegación para las Embarcaciones de la Hidrovía".

Art. 17: Se elimina.

Art. 18: Se elimina.

Art. 19: Se elimina "croquis".

Art. 20: Enmienda:  
"Por razones de fuerza mayor o cuando se tratara de cargas especiales, las Autoridades competentes de los países signatarios podrán autorizar el transporte de mercaderías sobre cubierta, eximiendo del cumplimiento de ciertas exigencias dispuestas en este reglamento".

Art. 21: Modificación: Vigencia de la autorización  
"La asignación y permiso de transporte de mercaderías sobre cubierta tendrá vigencia en tanto no se introduzcan en la embarcación modificaciones que alteren las condiciones iniciales de asignación de cubertada".

Art. 22: Se elimina.

Capítulo II (SE ELIMINA, VA EN UN INSTRUMENTO APARTE INHERENTE A SANCIONES)

APENDICES 1 Y 2 SE ELIMINAN.

ANEXO III

FRANCOBORDO

- Art. 1: Se modifica:  
"El presente Reglamento debe ser utilizado para la asignación del francobordo de las siguientes embarcaciones:
- a) Todas aquellas cuya quilla haya sido colocada o se encuentre en etapa constructiva equivalente, a la fecha de entrada en vigor de este Reglamento.
  - b) Aquellas construidas en fecha anterior a la entrada en vigor de este Reglamento, a solicitud del Propietario o Armador.
  - c) Aquellas construidas en fecha anterior a la entrada en vigor de este Reglamento, que hayan sido objeto de modificaciones de índole tal que requieran reasignación del francobordo".
- Art. 2: Se elimina.
- Art. 3: Agregar en el punto f):  
"...de señalización y relevamiento".
- Art. 4: Se modifica:  
"Los cierres de tapas de escotillas deberán cumplir con las condiciones de estanqueidad y resistencia establecidas por las normas constructivas internas vigentes en la materia en cada País Signatario, las que deberán ser compatibilizadas entre sí".
- Art. 5: Sin modificación.
- Art. 6: Sin modificación.
- Art. 7: Sin modificación.
- Art. 8: Corregir:  
En inciso a) se agrega: "... las que deberán ser compatibilizadas."  
En inciso c) se reemplaza la palabra "realizadas" por "realzadas".
- Art. 9: Sin modificación.
- Art. 10: Sin modificación.
- Art. 11: Corregir (h) por (hb).
- Art. 12: Modificación:  
"... y deberán contar con los elementos de sujeción necesarios para asegurar su estanqueidad".

Art. 12 bis: Prueba de estanqueidad

"A los efectos de determinar la estanqueidad de los cierres y demás elementos expuestos en superestructuras y sobre la cubierta de francobordo, se probarán con lluvia de agua de diámetro mínimo 16mm, con una presión en la lanza de por lo menos 2 kg/cm<sup>2</sup>. ubicada ésta a una distancia entre 2,5 y 3m durante un lapso de 3 minutos como mínimo".

Art. 13: Se agrega:

"D = puntal de francobordo (m).  
D<sub>t</sub> = puntal de trazado (m)".

Art. 14: Sin modificaciones.

Art. 15: Corregir (B) por (B<sub>a</sub>);

Art. 16: Agregar luego de alturas existentes: (he).

Art. 17: Se agrega:

"... a satisfacción de las Autoridades competentes de los Países Signatarios".

Art. 18: Con modificaciones:

Se agrega: "línea" entre "por encima de la" ... y ... "de flotación".

Art. 19: En lugar de 1/6L debe decir: L/6.

Art. 20: Léase: "Ordenada media de arrufo (Y<sub>m</sub>)...".

Se corrige en la tabla:

1/6L por L/6

1/3L por L/3

1/2L por L/2

1/3L por L/3

1/6L por L/6

Art. 21: Se corrige en la tabla para eslora = 70 m:  $r = 0.227$

Art. 22: Léase:  $\frac{1000 \cdot rD - h_s - Y_m}{1 + r}$

Art. 23: Mejorar figura:

Se adjunta figura de la Delegación de Brasil.

Art. 24: Sin modificaciones.

Art. 25: Léase: "Artículo 23".

Art. 26: Se elimina.

Art. 27: Sin modificaciones.

Art. 28: Se elimina último párrafo.

Art. 29: Sin modificaciones.



- Art. 30: Se agrega:  
"... condiciones iniciales".
- Art. 31: Sin modificaciones.
- Art. 32: Sin modificaciones.
- Art. 33: Se elimina.
- Art. 34: Modificación:  
"Cuando los resultados de la visita y la inspección referidas en los Artículos 28 y 29 se correspondieran con los elementos técnicos de juicio establecidos por este Reglamento, la Autoridad competente del país de bandera de la embarcación emitirá el correspondiente Certificado".
- Art. 35: Se modifica:  
"Los Países Sigantarios emitirán el Certificado de Francobordo para Embarcaciones de la Hidrovía, conforme al modelo adjunto en el Apéndice 2 del Anexo 1 del Protocolo de Seguridad de la Navegación, pudiendo las Autoridades competentes de cada país agregar las observaciones que considere pertinentes".
- Art. 36: Modificación:  
"El plazo de validez del Certificado de Francobordo para embarcaciones de la Hidrovía en ningún caso excederá al del Certificado de Seguridad de la Navegación".
- Art. 37: Se modifica:  
"El Certificado de Francobordo caducará automáticamente vencido el plazo de validez establecido en el Artículo anterior o si se introdujesen en la embarcación modificaciones que alteren las condiciones iniciales de asignación".
- Art. 38: Se elimina:  
Va al Régimen de Sanciones.
- Capitulo II: Se elimina.  
Va en un instrumento inherente a SANCIONES.

C  
[Handwritten signatures and initials]

NOTA SEHPP/AR N° 79 /92

BUENOS AIRES, 31/08/92

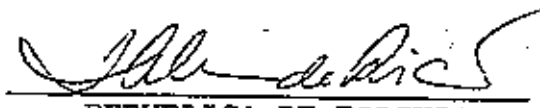
SEÑOR REPRESENTANTE:

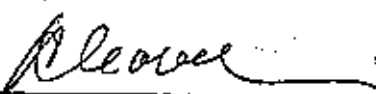
El Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira) presenta sus atentos saludos a la Comisión de las Comunidades Europeas y tiene el agrado de acompañar a la presente, a los efectos de su consideración, la propuesta de Proyecto de Cooperación de esa Comisión para una Asistencia Técnico-Económica y capacitación vinculadas al Programa.

El documento que se adjunta ha sido preparado tomando en cuenta las consideraciones emitidas en su atenta nota CC/OS N° 09473 del 19 de junio del cte.

El Comité Intergubernamental de la Hidrovia hace propicia la oportunidad para reiterar las expresiones de su más alta y distinguida consideración.

  
REPUBLICA ARGENTINA

  
REPUBLICA DE BOLIVIA

  
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

  
REPUBLICA DEL PARAGUAY

  
REPUBLICA ORIENTAL DEL  
URUGUAY

AL SEÑOR REPRESENTANTE DE LA  
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS  
EMBAJADOR D. FRANCO TEUCCI  
S. / D.

## INFORME DE LA SECRETARIA EJECUTIVA

En el período transcurrido entre la VIIIa. Reunión Extraordinaria del C.I.H. y la IXa. Reunión Ordinaria celebrarse en la ciudad de Paraná, República Argentina, la Secretaría Ejecutiva desarrolló las tareas que le fueran encomendadas por el Comité en la mencionada Reunión.

En primer lugar, de acuerdo a lo dispuesto por el C.I.H. en su VII Reunión Extraordinaria, se elevó al INTAL la solicitud de realización de estudios de apoyo para el perfeccionamiento de los objetivos y disposiciones del Acuerdo de Transporte Fluvial y el Programa de Trabajo con ese Organismo para el período 1992-1993. Asimismo, se le informó que el Comité consideraba conveniente la postergación del desarrollo del "Análisis y Elaboración de un Modelo Tarifario para el Recupero de las Inversiones en la Vía Navegable de la Hidrovía - Paraguay-Paraná", hasta la obtención de los resultados de los Estudios de Ingeniería y de Impacto Ambiental.

En relación al Acuerdo de Servicio de Gestión con el PNUD, la Secretaría Ejecutiva intermedió entre el mencionado Organismo y los Países, para que éstos últimos le enviaran los plenos poderes, para consolidar la firma autorizada de los representantes de cada país para refrendar el mencionado Acuerdo. Respecto de la documentación necesaria para la elevación de la conformación de la Unidad Coordinadora, se enviaron a las Delegaciones las observaciones recibidas y se está a la espera de la aprobación correspondiente.

De acuerdo a lo encomendado, se convocó a un Grupo Ad-Hoc para elaborar el documento de propuesta de Proyecto de Cooperación con la Comisión de las Comunidades Europeas, que se celebró en la sede de la Secretaría los días 19 y 20 de agosto próximo pasado. Dicho documento fue elaborado con base en la propuesta de proyecto de cooperación con la CEE "Asistencia Técnico-Económica y Capacitación vinculadas al Proyecto Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira) y a la nota de la Comisión de la CEE al C.I.H. del 19 de junio de 1992. El informe de la Reunión y el documento elaborado se eleva a la aprobación del C.I.H. en esta Reunión.

El Grupo Ad-Hoc coincidió en la necesidad de incluir en la propuesta de proyecto, tres áreas:

1. Puertos
2. Industria naval
3. Capacitación

Asimismo, se remitieron a las Delegaciones los ejemplares enviados por el INTAL "Proyecto de Régimen de Sanciones en Materia de Seguridad de la Navegación" y el Informe de avance sobre el "Modelo de Navegación Fluvial para el Análisis y Evaluación de Iniciativas en la Hidrovía Paraguay-Paraná".

El Informe del Modelo tiene por objeto analizar con las Delegaciones en la reunión de Grupos Técnicos, los avances realizados y la metodología elaborada, a fin de continuar con el desarrollo del mismo.


La Secretaría solicitó al INTAL la asistencia de los consultores a cargo del Modelo y del Proyecto de Régimen de sanciones, a fin de intercambiar opiniones y contar con un apoyo técnico para el desarrollo de las tareas.

Se recepcionó de la Federación Latinoamericana de Trabajadores del Transporte, un trabajo de relevamiento de transporte, sobre "Impacto Ecológico y Relaciones Laborales", cuyo ejemplar será entregado a las Delegaciones en esta IXa. Reunión Ordinaria del C.I.H.

Se recibió por parte del INTAL, el proyecto final sobre Régimen de Sanciones en materia de Carga sobre Cubierta, Asignación de Francobordo y Seguridad a la Navegación, el cual será distribuido a las respectivas Delegaciones en esta IXa. Reunión Ordinaria.

El mencionado documento, no fue entregado por los canales habituales, debido a que el mismo no iba a estar en poder de todas las Delegaciones para su tratamiento en esta Reunión.

Se adjunta el Acta Final de la VIIIa. Reunión Extraordinaria realizada durante los días 25 y 26 de junio próximo pasado en la ciudad de Buenos Aires y en la Localidad de Las Leñas, con motivo de la firma del Acuerdo de Transporte y sus Protocolos.

  
JESUS GONZALEZ  
SECRETARIO EJECUTIVO

*Aprobado* 